

“Presentinho” de R\$ 16,5 milhões

Senado vai apurar se joias eram propina a Jair por refinaria

Reprodução Jornal Nacional



Só o relógio tem tanto diamante que mal se vê a hora

Coincidência com venda de refinaria por metade do preço acendeu alerta

“Quero saber do Bolsonaro porque ele recebeu um presente de R\$ 16,5 milhões e queria levar para casa”, declarou o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da Comissão de Transparência e Fiscalização. Existem “indícios fortíssimos de propina”, disse o senador. Omar Aziz informou que a Comissão vai atrás de informações, junto ao Ministério de Minas e Energia e à Petrobrás, sobre a venda de uma refinaria na Bahia para um fundo dos Emirados Árabes, realizada um mês após as joias chegarem ao Brasil. **Pág. 3**

Fabio Rodrigues Pozzebom - ABR



Caso das joias “era uma coisa direta do gabinete presidencial”, diz Santos Cruz

O General Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo de Bolsonaro, considerou surpreendente o caso das joias sauditas e defendeu que sejam feitas todas as investigações sobre o caso, mas acha que “não tem nada a ver essa questão militar”. **Pág. 3**

Juro extorsivo e falta de crédito asfixiam a indústria, aponta Iedi

Fabio Rodrigues Pozzebom - ABR



Lula com prefeitos no lançamento do programa “Mãos à Obra” e anúncio do aumento da merenda escolar

“Dinheiro bom é dinheiro que vira obras”, afirma presidente

“Não podemos aceitar a ideia de que o PIB não vai crescer porque alguém disse que o PIB não vai crescer. O PIB vai crescer porque nós vamos fazer o PIB crescer”, afirmou o presidente, ao

anunciar o novo programa de investimentos em infraestrutura, que substituirá o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de seu governo anterior, batizado por ele de “Mãos à Obra”.

“E o país vai crescer porque nós vamos gerar empregos”, enfatizou Lula. A fala do Chefe do Executivo é uma resposta aos porta-vozes do rentismo que pressionam o tempo todo para que o Brasil

se mantenha estagnado, enquanto eles vivem de rendas vindas dos juros altos. “Não dá para ficarmos achando que o gostoso nesse país é ficar guardando dinheiro”, sentenciou o mandatário. **Pág. 3**

Para o economista do Iedi, Rafael Cagnin, os juros elevados e o endividamento das famílias tende a complicar a situação da indústria este ano, particularmente, a de alta intensidade, “dado que o crédito mais salgado tira atratividade dos bens duráveis. Ao mesmo tempo, torna mais difícil a renegociação das dívidas das famílias, o que deve manter o consumo em baixa”. “Não por acaso, o segmento de melhor desempenho ano passado foi o de menor dependência do financiamento. São os chamados bens-salário ou de consumo rotineiro, como vestuário e alimentos”, declarou Rafael Cagnin ao Valor Econômico. **Página 2**

Cresce o número de endividados no mês de fevereiro

A pesquisa sobre endividamento e inadimplência da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostrou que a proporção de endividados aumentou no mês de fevereiro e foi puxada pelas mulheres. Dentre o público feminino, 79,5% estavam com dívidas contra 77,2% dos consumidores do gênero masculino. **P. 2**

Ministra anuncia 100 milhões para apoiar ingresso da mulher na ciência

Anúncio foi feito no Dia Internacional da Mulher pela ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e por Ricardo Galvão (CNPq). **Página 4**



Joédson Alves - ABR



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Chefe nazista ucraniana homenageada na Casa Branca

Pág. 6

Iedi: falta de crédito e juros altos seguem asfixiando a indústria



Reco da indústria de transformação no PIB só não foi maior devido ao segmento de menor concentração tecnológica, de menor dependência de financiamento



30,3% do total de consumidores com dívidas atrasadas são mulheres
Endividamento das famílias cresce em fevereiro

“Quem tem dívidas mais antigas segue enfrentando dificuldade de sair da inadimplência, em função dos juros elevados”, assinalou a CNC

Na data em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, a pesquisa sobre endividamento e inadimplência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), divulgada na terça-feira, 8 de março, mostra que a proporção de endividados aumentou no mês de fevereiro e foi puxada pelas mulheres. Dentre o público feminino, 79,5% estavam com dívidas contra 77,2% dos consumidores do gênero masculino.

De acordo com a pesquisa, o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa) cresceu 0,3 ponto percentual em fevereiro, alcançando 78,3% das famílias no país. Desse total, 17,1% consideravam-se muito endividadas.

As mulheres concen-

tram suas dívidas nas modalidades onde os prazos são mais curtos, mas os juros estão mais elevados, como o cartão de crédito. Segundo o Banco Central, o juro no rotativo do cartão de crédito iniciou o ano com a taxa acima de 411% a.a.

Com os juros altos consumindo a renda apertada e os preços dos alimentos ainda em níveis elevados, o uso do cartão de crédito é a saída para muitas mulheres no seu dia a dia junto à família. Não à toa, que 86,5% das dívidas das mulheres são com o cartão de crédito. Em menor proporção estão as dívidas com lojas e consignado, com os juros ainda em patamares elevados. Já os homens estão mais endividados com financiamento de carros, cheque pré-datado, crédito pessoal.

Na comparação anual, o volume de famílias com dívidas atrasadas aumen-

tou em todas as faixas de rendimentos, representando 29,8% do total de famílias.

Em janeiro, segundo a pesquisa, 30,3% do total de consumidores com dívidas atrasadas eram mulheres, enquanto 29,1%, homens.

“Quem tem dívidas mais antigas segue enfrentando dificuldade de sair da inadimplência, em função dos juros elevados”, assinalou a CNC. “A proporção de consumidores sem condições de pagar dívidas atrasadas de meses anteriores chegou a 11,6% do total, estável em relação a janeiro, mas a proporção mais alta desde outubro de 2020. Mesmo com as renegociações, a cada 100 consumidores inadimplentes, 44 chegaram em fevereiro com dívidas atrasadas por mais de 90 dias. O tempo médio de atraso nos pagamentos foi de 62,7 dias, o maior desde janeiro de 2021”.

Haddad anuncia acordo de R\$ 26,9 bilhões com estados para repor perdas com o ICMS

O governo federal anunciou nesta sexta-feira (10) que irá compensar em R\$ 26,9 bilhões os Estados pelas perdas em suas receitas pelos cortes nas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que afirmou que o acordo foi alcançado com o consento dos 27 governadores. “Boa parte disso está resolvida, porque os estados conseguiram liminares para não pagar tributos à União, e esse valor será abatido”, disse o ministro em entrevista coletiva.

Segundo o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF, Carlos Eduardo Xavier, os estados haviam pedido R\$ 45 bilhões para repor as perdas do período, depois reduziram para R\$ 37 bilhões.

Através de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal, R\$ 9 bilhões já haviam sido compensados a Estados devedores da União no âmbito do Grupo de Trabalho criado pela Corte. O restante será pago em parcelas até 2026.

Os Estados que têm a receber até R\$ 150 milhões obterão 50% este ano e 50% em 2024.

Aqueles que têm entre R\$ 150 e R\$ 500 milhões, receberão um terço do valor em 2023 e dois terços em 2024. Os que têm acima de R\$ 500 milhões, receberão 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Já os entes federados em Regime de Recuperação Fiscal (Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul) seguirão o mesmo regramento dos anteriores, mas o adicional de R\$ 900 milhões será compensado na dívida em 2026.

No ano passado, em busca da reeleição, Jair Bolsonaro (PL) aprovou no Congresso nacional a Lei Complementar 194 que reduziu a alíquota de ICMS dos combustíveis, energia elétrica e telecomunicações entre 7% a 18%, impondo prejuízos às receitas dos entes federados que financiam áreas essenciais à população, como Saúde, Educação e Segurança Pública, por exemplo.

“Foi muito injusto o que aconteceu no ano passado. Isso faz parte dos R\$ 300 bilhões de problemas que o governo anterior nos legou”, criticou Haddad, referindo-se ao passivo fiscal com as desonerações que antecederam as eleições de 2022. O acordo agora será levado para a avaliação dos

presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e aos ministros do STF, Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux, que são relatores das ações que envolvem as duas leis que desoneraram o ICMS dos combustíveis no ano de 2022.

Rafael Fonteles, governador do Piauí e presidente do Fórum Nacional de Governadores, que foi presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), de 2019 a 2021, disse que as negociações entre a União e os governadores ocorreu de forma tranquila e que essa experiência pode servir para as discussões sobre a reforma tributária.

“Esse diálogo aconteceu de maneira muito tranquila, receptiva de parte a parte. Acho que isso vai contribuir para a nova etapa, que é a discussão da reforma tributária. Sem sombra de dúvidas, os estados estão muito interessados nessa questão, até porque o tributo mais complexo é o ICMS, que precisa ser reformado de fato, e o país ser colocado em linha com a experiência internacional”, disse Fonteles.

“Crédito mais salgado tira atratividade dos bens duráveis. Ao mesmo tempo, torna mais difícil a renegociação das dívidas das famílias, o que deve manter o consumo em baixa”, avalia economista da entidade sobre desempenho do setor

Análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostra que, para além da queda de -0,3% da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, o recuo só não foi maior devido ao desempenho do segmento de menor concentração tecnológica.

Para o economista do Iedi, Rafael Cagnin, os juros elevados e o endividamento das famílias tende a complicar a situação da indústria este ano, particularmente, a de alta intensidade, “dado que o crédito mais salgado tira atratividade dos bens duráveis. Ao mesmo tempo, torna mais difícil a renegociação das dívidas das famílias, o que deve manter o consumo em baixa”.

“Não por acaso, o segmento de melhor desempenho ano passado foi o de menor dependência do financiamento. São os chamados bens-salário ou de consumo rotineiro, como vestuário e alimentos”, declarou Rafael Cagnin ao Valor Econômico.

O segmento de média-baixa intensidade tecnológica registrou avanço no ano passado de 3,3%, respondendo por 48,8% da produção manufatureira no Brasil.

“Quem gerou essa quase estabilidade foram as atividades de intensidade mais baixa. São ramos de cadeias mais curtas, com poucos elos dentro do país, ou seja, com possibilidade menor de dissipar crescimento”, disse Cagnin.

Esse resultado ocorreu basicamente nos ramos de alimentos e bebidas e derivados de petróleo, favorecidos pela alta dos preços das commodities e o

aumento das exportações. Mas mesmo dentro desse segmento os demais componentes ficaram negativos. Os principais foram produtos de metais (-9,5%) e têxteis, vestuário e calçados (-7,0%).

O Iedi utiliza a classificação sugerida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que divide o setor em quatro segmentos segundo a intensidade tecnológica: alta, média alta, média e média baixa.

O pior resultado foi o de intensidade média (-5,4%), que tem fatia de 16,6% na manufatura. Três dos cinco ramos tiveram resultados mais fracos que o de 2020, pior ano da Covid: borracha e plástico, minerais não metálicos e fabricação de bens diversos.

O segmento de alta tecnologia está há quatro anos sem crescimento. Ele representa 5,8% da produção nacional, tendo registrado estabilidade em 2022.

O segmento de média-alta intensidade, com participação de 28,8%, teve um aumento quase zero ou de 0,3%. O destaque ficou para bens de capital e, consequentemente de investimentos: máquinas e aparelhos elétricos (-10,7%) e máquinas e equipamentos (-2,3%). A indústria automobilística teve um percentual aparentemente expressivo de 10,2%, mas em parte em razão de uma base de comparação muito fraca.

“Esse comportamento desto do observado no restante do mundo. No agregado da indústria mundial, são justamente setores de alta e média alta que puxam a produção, impulsionadas por toda essa transformação causada pela Covid-19”, ressaltou o economista.

Justiça torna públicos dados sobre o escandaloso rombo de R\$ 40 bi na Americanas

O juiz Paulo Assed Estefan, responsável pela 4ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ordenou neste sábado (11) o levantamento do sigilo que cobria os processos relativos à recuperação judicial da Americanas. A decisão trará à luz os detalhes da operação de fraude bilionária do trio Lemann, Sicupira e Telles, donos da Americanas.

O magistrado também autorizou a divulgação de detalhes sobre um financiamento especial que a rede de varejo busca, chamado DIP, que é um tipo de empréstimo destinado a empresas em dificuldades financeiras. Os credores, que foram lesados pela fraude, estão brigando na Justiça para serem ressarcidos das quantias perdidas com o golpe.

No sábado, o juiz determinou que o cartório da 4ª Vara Empresarial registre todos os advogados habilitados pelos credores do Grupo Americanas, para que possam ser intimados e acompanhar as decisões proferidas no processo de recuperação judicial.

De acordo com a decisão judicial, as informações referentes ao escândalo, denunciado pela Associação Brasileira dos Investidores (Abradin) e toda a investigação realizada pela Preserva-Ação Administração Judicial, pelo advogado Bruno Rezende e pelo escritório de advocacia Zveiter, sobre as discrepâncias contábeis apresentadas pelo Grupo Americanas serão disponibilizadas para consulta pública.

Paulo Assed Estefan, ao decidir derrubar o sigilo, levou em consideração o “relevante interesse econômico e social” envolvido na recuperação judicial da Americanas. A empresa anunciou em janeiro um déficit de R\$ 20 bilhões e dívidas que ultrapassam R\$ 40 bilhões. Em entrevista à CNN na sexta-feira (10) o ministro da Fazenda Fernando Haddad classificou a operação como fraude.

Depois de muita pressão, o

trio de controladores da Americanas, Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles decidiu nos últimos dias aumentar o valor da capitalização na rede para R\$ 10 bilhões, incluindo o valor obtido com o DIP. No entanto, os bancos que levaram o calote ainda não chegaram a um acordo, já que desejam uma quantia maior, em torno de R\$ 15 bilhões.

HISTÓRICO

A Americanas, empresa controlada pelos três homens mais ricos do Brasil, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Sicupira, sócios do 3G Capital, foi pega numa fraude contábil ao esconder um rombo de R\$ 20 bilhões em seu balanço. O rombo em seu balanço, somado às dívidas da empresa, ultrapassa R\$ 40 bilhões. Os donos da Americanas esconderam passivos equivalentes à metade do seu patrimônio. Este foi o maior escândalo do mercado de capitais brasileiro.

O rombo é arrasador para os defensores das privatizações de empresas públicas com o argumento de que o mundo das empresas privadas é mais transparente e seguro do que as empresas públicas.

A maracutaia se deu através da ocultação pela empresa das operações em que ela se beneficiava de financiamento com um banco para a compra de material de fornecedores. O banco antecipava os recursos para o fornecedor. Na sequência, a varejista quitava a dívida com a instituição financeira pagando juros pelo prazo do empréstimo. Essas operações foram cuidadosamente mantidas fora do balanço.

Compras em valores da ordem de R\$ 20 bilhões, nas quais a empresa era devedora perante instituições financeiras, não foram encontradas na conta fornecedores nas demonstrações financeiras de 30 de setembro do ano passado.



Justiça barra ação de múltiplos contra imposto de exportação de petróleo

A Justiça Federal do Rio de Janeiro negou, na quinta-feira (9), o pedido de liminar das multinacionais de petróleo Equinor, Petrogal, Repsol, Shell e TotalEnergies para suspender a cobrança do imposto sobre as exportações de óleo cru. Com esta decisão, as petroleiras somam três derrotas na Justiça, já que outros dois requerimentos da Dommo (ex-OGX) e PetroRio no mesmo sentido também foram negados pelo judiciário na terça-feira (7).

As petroleiras estrangeiras argumentaram, na ação, que a mudança viola os princípios de reserva de lei complementar, da segurança jurídica, da isonomia, da livre concorrência, da capacidade contributiva e etc. E afirmaram, ainda, que a medida teria como “único objetivo” a arrecadação, “o que viola a materialidade do IE [imposto de exportação] e desnatura a sua essência principal, que é a extrafiscalidade”.

O juiz Wilney Magno de Azevedo Silva, da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro, afastou tais argumentações afirmando que “o caráter extrafiscal do imposto de exportação não anula a sua função arrecadatória, como técnica de intervenção estatal que deve visar a um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo”.

“O tratamento dado pela Medida Provisória nº 1.163/2023 compatibiliza-se com os preceitos constitucionais, razão pela qual tenho por ausente fundamento relevante a amparar a pretensão contida na inicial”, argumenta o juiz federal Wilney Magno de Azevedo Silva, na decisão que nega o pedido das petroleiras. “Não há qualquer indicação de que o recolhimento da contribuição questionada inviabilizará o exercício da atividade negocial das impetrantes”, acrescenta.

O magistrado também considerou que o imposto não está sujeito ao princípio da anterioridade, já que, como tributo aduaneiro, pode ter suas alíquotas alteradas diante das mudanças no comércio externo, podendo ser alterado no mesmo exercício financeiro pelo Poder Executivo. Além disso, Azevedo Silva julgou não haver indícios de que o recolhimento do imposto pode causar risco à atividade das empresas.

As múltiplas Shell, Equinor, Petrogal, Repsol Sinopec e TotalEnergies ingressaram na Justiça para manter os altos lucros que estão obtendo no Brasil com as exportações subsidiadas de petróleo bruto. A cobrança do imposto de 9,2% foi instituída por Medida Provisória do governo (MP 1.163/2023), editada na semana passada, por um período de quatro meses (março a junho).

PARAÍSO DAS PETROLEIRAS

As petroleiras querem que o Brasil continue sendo um “paraíso fiscal” e que os brasileiros continuem sendo extorquidos com os altos preços dos derivados de petróleo no mercado interno. Uma das vantagens que traz a cobrança do imposto das exportações de óleo cru ao Brasil é a maior possibilidade de ampliar os investimentos em refino no país, como destaca recentemente o engenheiro aposentado da Petrobrás, Paulo César Ribeiro Lima.

“A arrecadação estatal no Brasil é baixíssima quando comparada à de países com reservatórios comparáveis aos do pré-sal. A vantagem da tributação da exportação do petróleo bruto é também gerar investimentos em refino. A segurança jurídica para se tributar essa exportação é absoluta. O Decreto-lei no 1.578/1978 garante ao Presidente da República o direito de reduzir ou aumentar a alíquota de 30%”, explicou Ribeiro Lima, ex-consultor legislativo do Senado e da Câmara dos Deputados.

“O setor de exploração e produção de petróleo do Brasil já conta com benefícios fiscais totalmente desnecessários. Em vez de taxar os lucros extraordinários, o Brasil promove lucros extraordinários. O Brasil está na contramão do mundo. A cobrança do imposto de exportação está longe de garantir uma arrecadação governamental compatível com os padrões internacionais”, acrescentou Paulo Cesar Lima.

O Partido Liberal (PL), de Jair Bolsonaro, e o Partido Novo também abraçaram a causa da multinacional do petróleo que não quer pagar impostos e ingressaram com ações de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo a suspensão da aplicação do tributo sobre exportações de petróleo cru. A ação foi distribuída para o ministro Gilmar Mendes.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Presidente Lula: Vamos gerar empregos

“Dinheiro bom é dinheiro em obras”, diz Lula, ao anunciar investimentos

O presidente Lula abriu a reunião de um grupo de ministros de seu governo nesta sexta-feira (10) mostrando que está disposto a enfrentar todos os desafios para fazer o Brasil crescer. “Não podemos aceitar a ideia de que o PIB não vai crescer porque alguém disse que o PIB não vai crescer. O PIB vai crescer porque nós vamos fazer o PIB crescer”, disse Lula. “E o país vai crescer porque nós vamos gerar empregos”, enfatizou.

A fala do Chefe do Executivo é uma resposta aos porta-vozes do rentismo que pressionam o tempo todo para que o Brasil se mantenha estagnado, enquanto eles vivem de rendas vindas dos juros altos.

“Dinheiro bom é dinheiro transformado em obras”, enfatizou o presidente. “É dinheiro transformado em melhoria da qualidade de vida do povo, em Saúde e em Educação. E tudo criando emprego, que é o que dá dignidade ao povo brasileiro”, acrescentou Lula.

Lula criticou que no passado não havia planejamento no país. Ele disse que quando chegou ao governo, pela primeira vez, constatou que não havia uma “prateleira de projetos”, como todo país deve ter. Então, ele questionou aos ministros, “para quê existir Ministério do Planejamento, se não for para planejar esses projetos?”

O presidente foi incisivo na condenação do parasitismo que vem tomando conta da economia brasileira e que, ao mesmo tempo que enriquece alguns, está empobrecendo a maior parte da população brasileira.

“Não pode ser proibido emprestar dinheiro para você construir um ativo que vai aumentar o patrimônio desse país, que vai melhorar a qualidade de vida do povo. Não dá para ficarmos achando que o gostoso nesse país é ficar guardando dinheiro”, sentenciou o mandatário.

Lula batizou o novo programa de investimentos em infraestrutura, que substituirá o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de seu governo anterior, de “Mãos à Obra”. Ele pretende retomar milhares de obras que ficaram paradas nos últimos anos, fruto dos juros altos e de ajustes fiscais de cunho neoliberal.

“O Brasil tem 14 mil obras paradas que precisamos retomar, para gerar empregos e desenvolvimento. Hoje lançaremos o Mãos à Obra, programa para identificarmos, em diálogo com prefeituras, as obras prioritárias em cada cidade e região. Estamos reconstruindo o Brasil”, afirmou o mandatário.

Sinalizando que os investimentos públicos vão puxar o conjunto dos investimentos, Lula cobrou um papel mais atuante do bancos públicos no projeto. “Eu quero saber o papel dos bancos públicos para alavancar os investimentos nesse país”, disse ele. “São investimentos para pequenos e médios empreendedores, para cooperativas, para grandes empresários, para os Estados que estão com capacidades para endividamento, para as prefeituras que têm capacidade de endividamento”, apontou. “Por que não emprestar dinheiro para essa gente?”, indagou Lula.

Em tom descontraído e destacando a “criatividade do ministro”, Lula afirmou que “se não tivermos dinheiro, o Haddad vai ter que arrumar”. “Vamos ter o dinheiro que nós precisamos para fazer investimentos nesse país”, salientou o presidente. “Vamos discutir as coisas que já estão definidas e as dificuldades. Não tenham medo de falar de dinheiro, porque o homem e está aqui. Esse é o lado bom do ministro da Fazenda, que é o sangue árabe dele”, brincou. “Vamos produzir o que a sociedade brasileira espera de nós”, acrescentou.

Lula disse que encara essa reunião como o início efetivo do trabalho. “Fizemos uma coisa inédita, que foi aprovar uma PEC antes mesmo de assumirmos o governo, montamos o governo e agora é trabalhar”, apontou. “Quero dizer que eu estou muito orgulhoso desses primeiros 60 e poucos dias de governo. Estou orgulhoso com o que vocês já conseguiram produzir. Eu tenho certeza que vocês vão me surpreender nesta reunião, com o que vocês já têm de propostas para realizar”, completou o presidente.

Senadores querem saber se joias eram propina para Jair

Waldemir Barreto-Agência Senado



Omar Aziz (PSD-AM) é presidente da Comissão de Transparência Santos Cruz aponta que caso das joias de Jair “era uma coisa direta do gabinete presidencial”

O General Santos Cruz, ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência de Jair Bolsonaro (PL), considerou surpreendente o caso das joias sauditas e defendeu que sejam feitas todas as investigações sobre o caso. As afirmações foram feitas nesta sexta-feira (10), segundo matéria da revista Sociedade Militar.

O militar fez questão de ressaltar que tudo isso “era uma coisa direta do gabinete presidencial”, apontando o fato de que os militares envolvidos e o próprio uso do avião da FAB tiveram origem em ordens dadas pelo governo.

“É uma área que não tinha nada a ver [com militares], era uma coisa direta do gabinete”, enfatizou.

“Precisamos de in-

quérito, mas não tem nada a ver essa questão militar”, insistiu o general. “Acredito que qualquer investigação, se houver algum crime, vai ter de classificar a irregularidade. Só uma investigação vai esclarecer tudo”, completou Santos Cruz.

Segundo uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, o Governo Bolsonaro tentou trazer ao Brasil de forma ilegal joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões, que teriam sido um presente da Arábia Saudita para a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As joias foram encontradas na mochila de um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Os objetos eram um anel, um colar de brilhantes, um relógio e brincos de diamante,

e foram apreendidos no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Atualmente, os itens estão guardados em um depósito em uma área de segurança do aeroporto fortemente vigiada. O Planalto tentou por diversas vezes retirar as joias, inclusive na véspera da saída de Bolsonaro do governo.

A legislação brasileira determina que todo bem com valor acima de US\$ 1 mil seja declarado à Receita Federal. A declaração no caso não foi feita. Nem como presente oficial e nem como presente pessoal. Por essa razão, o agente do órgão reteve os diamantes. Jair Bolsonaro tentou de diversas formas retirar as joias e chegou a enviar um ofício ao gabinete da Receita Federal para solicitar que as joias fossem destinadas à Presidência da República.

Brasil supera embargo à venda de blindados trocando peça alemã por similar nacional

A Alemanha decidiu embargar a exportação de 28 blindados fabricados no Brasil para as Filipinas, movimento visto no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como retaliação pela negativa do presidente de vender munição de tanques para Berlim repassar à Ucrânia em sua luta contra a Rússia.

O embargo obrigou o Brasil a procurar uma fabricante nacional para substituir o componente alemão que permitiu o embargo.

Este episódio, em que pese não ser inédito, mostra que a interligação na fabricação de componentes industriais, particularmente no setor de defesa, vem enfrentando cada vez mais obstáculos, criados em função dos interesses geopolíticos mais recentes e de um protecionismo crescente praticado por potências econômicas em crise ou em processo de perda de hegemonia.

Segundo relatos de especialistas, já houve, há alguns anos, um episódio em que a Avibrás Aeroespacial e Defesa foi obrigada a adotar o chassi tubular de longarina central da Tatra, de origem tcheca, após o escritório de controle de exportação alemão, o mesmo que está agindo no embargo atual, proibir o emprego do chassi e motorização Mercedes Benz como plataforma sobre rodas do Sistema de Artilharia Astros.

Há relatos de que os equipamentos de guerra russos, eventualmente captura-

dos pelos EUA nos campos de batalha da Ucrânia, estão sendo desmontados totalmente nos centros de reparação para que a Casa Branca possa detectar a origem das peças e componentes utilizadas nos tanques e outros armamentos russos. Desta forma, os EUA acham que podem pressionar os fornecedores destes equipamentos para impedir que os russos tenham acesso a essas tecnologias.

O presidente Lula se recusou a repassar R\$ 25 milhões em munição para tanques Leopard-1 IA5 que a Alemanha queria enviar a Kiev, afirmando que não seria o caso do Brasil se posicionar contra a Rússia. O Brasil procura uma postura independente, mantendo relações com Moscou e condenando tanto a invasão que completou um ano nesta sexta (24) quanto o regime de sanções imposto pelo Ocidente aos russos.

A alegação da Alemanha é de que os componentes de origem germânica do blindado não podem ser vendidos a terceiros sem sua autorização. Assim, o Escritório Federal de Economia e Controle de Exportação determinou a suspensão do envio dos blindados. Cinco Guarani já estavam prontos para envio. A fatia do contrato dedicado aos veículos é estimada em US\$ 47 milhões (R\$ 243 milhões).

Este embargo da

Alemanha pode prejudicar um contrato de compra de 156 blindados brasileiros pelo governo argentino. Mauro Vieira e Jorge Taiana, ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Defesa da Argentina, respectivamente, assinaram uma carta de intenções para a aquisição por Buenos Aires de 156 veículos blindados de combate sobre rodas (VCBR) Guarani 6x6, de produção brasileira.

Na prática, o Brasil está sob pressão das potências ocidentais para que assuma uma posição pró-Otan na guerra russo-ucraniana, neste caso, em favor da Ucrânia. As 156 unidades do blindado Guarani acertadas com a Argentina serão produzidas na fábrica da Iveco de Sete Lagoas, (MG).

No contrato com a Argentina foi estipulada a condição de que peças fabricadas na Argentina sejam incluídas no processo de montagem dos veículos.

Para superar os problemas causados pelo embargo alemão, o governo brasileiro já fechou parceria com uma empresa nacional para a produção das peças que irão substituir os dispositivos dos alemães no veículo militar. Este processo, de substituição de importações de componentes tecnológicos no setor de defesa já está ocorrendo em todo o mundo, particularmente na Rússia e China, países que vêm sofrendo embargos unilaterais por parte do governo dos EUA.

“Eu quero saber do Bolsonaro por que ele recebeu um presente de R\$ 16,5 milhões e queria levar para casa”, declarou o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da Comissão de Transparência e Fiscalização. Existem “indícios fortíssimos de propina”, disse Omar Aziz

O senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da Comissão de Transparência e Fiscalização, afirmou que existem “indícios fortíssimos de propina” no caso das joias de R\$ 16,5 milhões que Jair Bolsonaro recebeu do governo da Arábia Saudita.

Aziz, ao ser entrevistado pelo UOL, disse que “é obrigação da Comissão [de Transparência e Fiscalização] investigar o caso” e que Bolsonaro, o ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o ex-chefe da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, serão convocados.

“Eu quero saber do Bolsonaro porque ele recebeu um presente de R\$ 16,5 milhões e queria levar para casa”, falou Omar Aziz. As joias milionárias eram para a Presidência, mas Jair Bolsonaro queria embolsá-las para si.

Para o senador, Jair Bolsonaro “passou quatro anos dizendo que era honesto, e não é. Ele é desonesto, ele mente para ele mesmo”. Agora que não é presidente da República, Bolsonaro não tem foro privilegiado.

Omar Aziz informou que a Comissão vai atrás de informações, junto ao Ministério de Minas e Energia e à Petrobrás, sobre a venda de uma refinaria na Bahia para um fundo dos Emirados Árabes, realizada um mês após as joias chegarem ao Brasil.

Aziz disse que deve ser esclarecido “de que forma foi feita a venda dessa refinaria da Bahia para esse fundo árabe que tem, segundo informações que eu recebi, recursos da Arábia Saudita”.

Segundo ele, o caso pode envolver um pagamento de propina. “É muito mais fácil você transportar uma joia de R\$ 16,5 milhões do que trazer isso em dinheiro numa pasta”, disse.

“Isso aí foi em voo regular, imagina o que acontecia nos vãos presidenciais, que até cocaína nós já subemos que transportava”, continuou.

Geraldo Alckmin critica golpistas e elogia comandante do Exército

O vice-presidente da República Geraldo Alckmin (PSB), afirmou na terça-feira (7), em entrevista à Rede Globo, que não se pode permitir que alguém use uma área militar para defender um golpe. “Pregar golpe é crime, se você não acredita na democracia, não dispute eleição! Quem não quiser perder eleição, não dispute, e quem perde que trate de fiscalizar e fiscalize bem”, destacou.

Ele se posicionou em defesa do general Tomás Paiva, comandante do Exército, referindo-se ao fato do general ter avaliado que a vitória de Lula era indesejada entre os militares.

De acordo com o ex-governador paulista, “o general foi escolhido por Lula”, por ser “um dos mais preparados” para o cargo. Além disso, Alckmin afirmou que “as pessoas podem gostar de um, gostar mais de outro e que ninguém tem unanimidade”.

A fala do general Tomás Paiva se deu quando ele argumentava com os seus pares de farda para que eles respeitassem o resultado das eleições. Na conversa ele admite um fato que era real. Que boa parte dos militares preferia a eleição

“Qualquer violação aos interesses da União, relação com a tentativa de descaminho de joias, ou qualquer ato que tenha gerado vantagens a autoridades nessa venda, será levado à Justiça para punição dos envolvidos”, disse o senador.

Além da possibilidade de pagamento de propina, o caso chama a atenção porque Jair Bolsonaro mobilizou três Ministérios, o gabinete presidencial e a Aeronáutica para tentar recuperar sem pagar imposto as joias que foram apreendidas pela Receita Federal.

O ex-ministro Bento Albuquerque trouxe dois pacotes de joias, sendo um deles avaliado em R\$ 16,5 milhões, de sua viagem para a Arábia Saudita. No Aeroporto de Guarulhos, a Receita Federal questionou o destino e o então ministro falou que eram presentes do governo saudita para Jair e Michelle Bolsonaro. Um pacote ficou retido, enquanto o outro passou despercebido da fiscalização.

O segundo pacote foi entregue para Jair Bolsonaro em 29 de novembro de 2022. Trata-se de um relógio, um par de abotoaduras, uma caneta, um anel e um masbaha (espécie de rosário). Tudo era da marca suíça Chopard, conhecida por ser usada entre artistas no tapete vermelho do Oscar. O relógio é cotado em cerca de R\$ 223 mil reais, enquanto o valor do restante das peças é desconhecido.

No dia 29 de dezembro de 2022, um dia antes de Bolsonaro fugir para os Estados Unidos e abandonar o governo, um membro de sua Ajudância de Ordens foi enviado, através de um avião da Força Aérea Brasileira, para pressionar um servidor da Receita a liberar as joias.

Até mesmo o então chefe da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, se envolveu na tentativa de driblar os impostos e as multas aplicadas legalmente pelo órgão pela entrada irregular de joias milionárias no país.

O que ele estava fazendo nesta conversa vazada era tentar demover as intenções golpistas, estimuladas por Bolsonaro.

O general já havia feito um contundente discurso, antes de ser nomeado comandante, defendendo a legalidade e o respeito às urnas e à democracia. Defendeu, também, que as Forças Armadas não se deixassem arrastar para a politicagem e o golpismo estimulados no país por Jair Bolsonaro e seu entorno. Por isso, inclusive, ele e outros generais legalistas vinham sendo hostilizados pelas milícias bolsonaristas.

Geraldo Alckmin, além de vice-presidente, ocupa o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, também falou sobre a declaração de empenho do presidente da Câmara, Arthur Lira e do Senado, Rodrigo Pacheco para que a reforma tributária saia do papel. Ele disse que a reforma tributária vai contribuir para o crescimento do PIB e destacou que o governo não pode perder o primeiro ano. Ele revelou seu desejo de que isso seja votado, em primeiro turno, ainda no primeiro semestre deste ano.

Reprodução



Vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB-SP)

Bolsonarista baba na gravata contra comandante do Exército

O deputado federal Marco Feliciano (PL-SP), um dos parlamentares bolsonaristas mais retrógrados e raivosos do país, tem usado as redes sociais para atacar e denegrir o atual comandante do Exército Brasileiro, general Tomás Paiva. O motivo da histeria é o respeito que o general Paiva tem demonstrado à democracia.

Desde o fracasso da tentativa de golpe de Bolsonaro, que pretendia decretar o Estado de Defesa exclusivamente sobre o Tribunal Superior Eleitoral, para, então, afastar os ministros e adulterar o resultado da eleição presidencial, os bolsonaristas atacam os militares. Eles creditam aos militares legalistas o fiasco do plano golpista elaborado por

Bolsonaro & Cia. A última irritação do deputado-pastor foi motivada pela decisão do general de abolir a celebração do aniversário do 31 de março de 1964, dia em que foi dado um golpe no Brasil para a implantação de um regime autoritário, violento e submisso aos interesses econômicos e estratégicos do Estados Unidos.

Conforme é sabido, a celebração do 31 de março existia no país até o fim do regime. No governo FHC, porém, a comemoração pelo aniversário do regime foi encerrada. Em 2019, no entanto, Jair Bolsonaro, apoiador de golpes, de torturas e de assassinatos contra opositores, como os que ocorreram sob o regime de arbítrio, determinou o seu retorno.

Lula anuncia o aumento de 39% na verba para a merenda escolar

“Essa merenda está há sete anos sem reajuste”, criticou o presidente Lula durante o anúncio do aumento dos valores que passaram de R\$ 0,36 para R\$ 0,50

O governo federal avançou na definição dos valores para reajustar os repasses a estados e municípios para a merenda escolar, o chamado Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Essa verba está congelada há seis anos e deverá ter um aumento entre 28% e 39%, dependendo da etapa de ensino. O anúncio foi realizado nesta sexta-feira (10) pelo presidente Lula (PT).

A cerimônia contou ainda com a presença de prefeitos e prefeitas, da primeira-dama Janja Lula da Silva e dos seguintes ministros de Estado: Alexandre Padilha (Relações Institucionais); Camilo Santana (Educação); Esther Dweck (Gestão e Inovação); Márcio França (Portos e Aeroportos); Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário); e Rui Costa (Casa Civil).

São beneficiados 40 milhões de estudantes da educação básica. Neste ano, o reajuste vai ser pago de março a novembro. Com isso, o total investido pelo governo federal em merenda escolar chega a R\$ 5,5 bi no ano, aponta nota técnica do FNDE, órgão do MEC responsável pelos repasses.

O presidente Lula, ao lado de ministros, prefeitos e servidores de municípios, criticou Jair Bolsonaro (PL), afirmando que tratará de forma igual prefeitos que procuram o governo para tratar de assuntos locais.

“Essa merenda está há sete anos sem reajuste. O servidor público está há sete anos sem reajuste. A única coisa que aconteceu neste país foi a produção de mentiras e de fake news, e o país ficou paralisado”, afirmou.

Segundo Lula, o governo federal terá R\$ 23 bilhões disponíveis para gastar em obras de infraestrutura no Ministério dos Transportes só em 2023. Disse ainda que, nos últimos 4 anos, foram gastos R\$ 20 bilhões no total. “Em um ano, a gente vai gastar, vai investir mais do que eles investiram em 4 anos”.

O presidente disse ainda que, no governo Bolsonaro, não foi realizada “nenhuma” obra de infraestrutura, além de prometer que as obras paralisadas seriam retomadas. “Não sei o que aconteceu neste Brasil, que houve uma paralisia”, declarou.

Segundo o governo, a revisão de valores é acima do Índice de Preços no Consumidor (IPCA) e já começa a valer para o mês de março, quando as prefeituras irão receber a verba adicional. “Está saindo de um investimento de R\$ 4 bilhões por ano para R\$ 5,5 bilhões”, afirmou Camilo Santana.

Esses montantes repassados variam entre as etapas escolares. Os valores de ensino fundamental

e médio são os que devem ter os maiores aumentos, de 39%. Assim, passariam de R\$ 0,36 por dia para cada estudante para R\$ 0,50.

Alunos indígenas, quilombolas e de pré-escola terão a segunda maior faixa de aumento, passando de R\$ 0,64 nos dois primeiros grupos e R\$ 0,53 na pré-escola para R\$ 0,86 e R\$ 0,72, respectivamente.

Por fim, as outras quatro modalidades tiveram 28% de reajuste. A creche passará de R\$ 1,07 para R\$ 1,37; o Atendimento Educacional Especializado (AEE) vai de R\$ 0,53 para R\$ 0,68; a Educação de Jovens Adultos passa de R\$ 0,32 para R\$ 0,41; e o Ensino Médio em Tempo Integral vai de R\$ 2 para R\$ 2,56.

Em setembro do ano passado, Bolsonaro vetou o reajuste para merendas de creches e escolas públicas. Na época do veto, Bolsonaro afirmou que o reajuste contrariava o interesse público, porque bloquearia parte do Orçamento e tiraria do governo a flexibilidade para movimentar recursos. Disse também que o reajuste prejudicaria outros programas do Ministério da Educação e dos demais órgãos da União.

Os valores dos repasses federais para as escolas somaram R\$ 3,9 bilhões em 2022. O congelamento desse orçamento por cinco anos, sem repor nem a inflação dos alimentos nesse período, fez com que muitas redes precisassem colocar dinheiro da arrecadação própria para complementar os gastos.

Como algumas redes, de cidades mais pobres, por exemplo, não tinham essa condição, o país viu casos como a escola em que crianças dividiam até ovo cozido.

COMBATE A FOME

O ministro da educação, Camilo Santana, anunciou que o governo vai reativar o conselho e o comitê do PNAE no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que estava extinto. Ele também afirmou que voltará a realizar conferências e encontros nacionais para debater o PNAE com a sociedade, a fim de fortalecer o programa e reforçar seus objetivos de combater à fome e garantia de alimentação saudável nas escolas.

Santana afirmou que, em conjunto, os ministérios da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Social, Família e Combate à Fome (MDS) assinarão termo de cooperação técnica para fortalecer o programa.

“Queremos parceria e diálogo com os prefeitos do país para melhorar as condições de vida do povo brasileiro”, afirmou, lembrando que o PNAE foi importante no conjunto de medidas que ajudaram o Brasil a sair do Mapa da Fome.

Dignidade menstrual: governo anuncia distribuição gratuita de absorventes para pessoas pobres

O Ministério da Saúde anunciou na última quarta-feira (8) que vai começar a centralizar a compra de absorventes que serão distribuídos para mulheres e pessoas que menstruam de baixa renda e em condição de vulnerabilidade. Até então, o governo federal repassava a verba para que municípios fizessem a compra e distribuição.

A formalização da mudança será feita em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que assinará o decreto para a criação do Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual.

Pela estimativa do governo, o programa beneficiará 8 milhões de pessoas que menstruam. A avaliação do Ministério é que centralizar a compra dos absorventes garante equidade no país.

O Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual foi aprovado na Câmara e no Senado, nos meses de agosto e setembro de 2021. Um mês depois, Jair Bolsonaro vetou a criação do programa sob o argumento de que o Congresso não estabeleceu fonte de custeio. O Congresso, no entanto, derrubou o veto de Bolsonaro e, com isso, a lei que estabelece o programa foi promulgada em março de 2022.

Em novembro do ano passado, o governo anunciou o repasse de R\$ 23 milhões para estados e municípios adquirirem e distribuírem absorventes nos meses de novembro e dezembro. A distribuição ficava a cargo dos prefeitos e gestores municipais, a depender da demanda da população.

Pela estimativa do governo passado, 4 milhões de pessoas seriam beneficiadas pelo programa que teria o custo anual de R\$ 140 milhões.

No entanto, a portaria que destinou a verba para o programa foi assinada somente em novembro de 2022, oito meses depois da pro-

mulgação da lei que determinou a distribuição dos absorventes.

Agora, o governo Lula dobrou a estimativa de pessoas beneficiadas pelo programa e triplicou o valor que será investido, para R\$ 418 milhões ao ano.

Segundo o Ministério da Saúde, o novo programa estará voltado aos públicos mais vulneráveis, de acordo com critérios do Programa Bolsa Família, incluindo estudantes de baixa renda matriculados em escolas públicas, pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade social extrema. A iniciativa também atenderá as pessoas em privação de liberdade ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Vitória Cabreira, coordenadora nacional do Movimento Sobre Nós, movimento que luta pela dignidade menstrual e pela vida das mulheres, afirmou que a distribuição pelo SUS é um avanço nas políticas públicas, pois demonstra que há uma preocupação com a saúde pública das mulheres mais pobres.

“O anúncio de distribuição de absorventes pelo SUS é um grande avanço, porque primeiro demonstra que finalmente temos um governo preocupado em resolver o problema da Pobreza Menstrual, que é questão de saúde pública. Mas, também porque faremos com mais de 8 milhões de meninas, mulheres e pessoas que menstruam convivam com dignidade”, disse.

“Nós sabemos que o problema ainda não será resolvido, a Pobreza Menstrual não é apenas a falta dos produtos de higiene adequados, mas também a garantia de saneamento básico e conhecimento sobre o ciclo menstrual. Mas, é um grande avanço e nós estamos à disposição para garantir que os absorventes cheguem em quem precise e que as pessoas vivam com mais dignidade”, afirmou Vitória.



Em um ano, a gente vai investir mais do que eles investiram em 4 anos



Situação crítica de forma escalonada de abril até fevereiro de 2024

Ministério do Meio Ambiente declara emergência em regiões brasileiras suscetíveis a queimadas

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou estado de emergência ambiental em diversas regiões do Brasil, em diferentes períodos do ano, por risco de queimadas.

A portaria foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (6), e entrará em vigor no dia 14 de março.

Marina estabelece a situação crítica de forma escalonada já a partir de abril, com duração até fevereiro de 2024.

O alerta vermelho para o risco de incêndios florestais ocorre dias depois do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta um registro de desmatamento para o mês de fevereiro desde o início da série histórica, em 2016. Segundo dados do sistema Deter, foram 290,75 km² desmatados, contra os 198,67 km² registrados como a maior marca anterior, no ano passado.

Vale lembrar que no ano passado, o fogo atingiu cerca de 2,8 milhões de hectares de florestas no país. O número quase dobra em relação a 2021, quando foram aproximadamente 1,4 milhão de hectares queimados, segundo dados divulgados pelo Monitor do Fogo do MapBiomass.

Segundo o índice, 85% da área de florestas queimadas foi na Amazônia e os períodos com maior

incidência foram em agosto, setembro e outubro do ano passado. Foi o mês de agosto com maior número de focos de incêndio nos últimos 12 anos e o pior setembro dos últimos 24 anos.

Entre os Estados, Mato Grosso foi o que mais registrou queimadas, com 820 mil hectares, seguido por Pará (761 mil) e Amazonas (364 mil).

Veja abaixo quais são as regiões do país que entram em estado de emergência ambiental nos próximos meses:

Abril a Novembro de 2023:

Acre, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rondônia, Tocantins, São Paulo e Distrito Federal;

Amazonas: mesorregiões Sudoeste Amazonense e Sul Amazonense;

Bahia: mesorregiões Extremo Oeste Baiano e Vale São-Franciscano da Bahia;

Minas Gerais: mesorregiões Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas, Oeste de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Campo das Vertentes, Central Mineira, Noroeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba;

Piauí: mesorregião Sudeste Piauiense.

Maião a Dezembro de 2023:

Mato Grosso do Sul e Paraná;

Amazonas: mesorregiões Centro Amazonense e Norte Amazonense;

Maranhão: mesorregiões Centro Maranhense, Leste Maranhense, Norte Maranhense e Sul Maranhense;

Minas Gerais: mesorregião Zona da Mata;

Pará: mesorregiões Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Sudoeste Paraense e Sudoeste Paraense;

Piauí: como mesorregiões Centro-Norte Piauiense, Norte Piauiense e Sudoeste Piauiense.

Junho de 2023 a Janeiro de 2024:

Amapá e Ceará;

Bahia: mesorregiões Centro Norte Baiano e Centro Sul Baiano;

Maranhão: mesorregião Oeste Maranhense;

Pará: mesorregião Nordeste Paraense;

Pernambuco: mesorregiões São Francisco Pernambucano e Sertão Pernambucano.

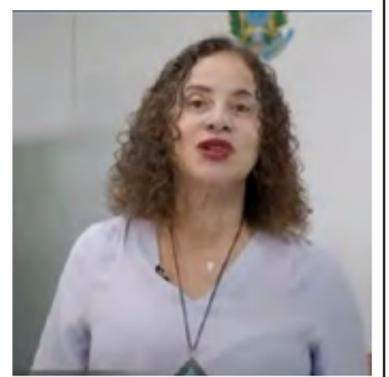
Julho de 2023 a Fevereiro de 2024:

Pernambuco: mesorregiões Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana e Metropolitana de Recife.

Setembro de 2023 a Abril de 2024:

Roraima;

Bahia: mesorregiões Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano e Sul Baiano.



Ministra da Ciência e Tecnologia Incentivo de R\$ 100 milhões a mulheres cientistas é decisivo para superar a desigualdade, afirma Luciana Santos

“Queremos trabalhar para que, cada vez mais, lugar de meninas e mulheres seja também na ciência”

Nesta quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciaram o lançamento de um edital no valor de R\$ 100 milhões para apoiar projetos que estimulem o ingresso e a formação de meninas e mulheres nas Ciências Exatas, Engenharias e na Computação, além de combater a evasão dos cursos de graduação nessas áreas.

“A vontade política do Estado é decisiva para superar a desigualdade de gênero. Esse é o sentido do edital que lançaremos para assegurar o acesso, a permanência e a ascensão das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas”, disse a ministra.

“Hoje, as mulheres são maioria nas bolsas de iniciação científica, com 60% de participação, mas somente 35% das bolsas de produtividade, que são alcançadas no topo da carreira. Com isso, comprometemos a diversidade que é fundamental para garantir a excelência da produção científica do país”, afirmou Luciana.

“Essa chamada aprimora as iniciativas do CNPq de promover o estímulo à inserção de meninas nas ciências, com duas chamadas anteriores lançadas, em 2013 e 2018, contemplando 450 projetos. Uma nova chamada atende a uma importante demanda da comunidade científica e dá a continuidade necessária para uma ação que exige um investimento continuado para que possamos ter resultados efetivos. Além disso, mostra o compromisso deste governo com a questão de gênero na ciência, destinando recursos significativos para a ação”, acrescentou o presidente do CNPq, Ricardo Galvão.

A chamada pública Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação terá como público-alvo estudantes do sexo feminino, matriculadas no ensino médio, incluindo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de estudantes da graduação.

Os projetos deverão ser executados por meio de redes formadas por, pelo menos, três pesquisadores, preferencialmente mulheres, vinculados a diferentes tipos de instituições. Cada projeto poderá solicitar, no máximo, R\$ 1 milhão. Os recursos vão atender projetos de todas as unidades da federação.

A chamada prevê que, pelo menos, 30% das bolsas deverão ser destinadas a meninas negras e/ou indígenas. Os projetos selecionados receberão recursos para custeio, além de bolsas para estudantes do ensino médio, de graduação e para professores participantes por um período de 36 meses.

No Twitter, Luciana afirmou que “o presidente Lula anunciou uma série de medidas para promover o respeito, a igualdade e a melhoria da vida para a população feminina. O pacote envolve diversos ministérios e representa um investimento de R\$ 956 milhões do orçamento público apenas este ano”.

A ministra resgatou o projeto que anunciou hoje e disse: “Na nossa pasta, queremos trabalhar para q, cada vez mais, lugar de meninas e mulheres seja também na ciência. Nesse sentido, anunciamos uma chamada pública do CNPq, disponibilizando R\$ 100 milhões para financiar projetos de mulheres nas ciências exatas, engenharia e computação”.

Em seguida, Luciana apontou que “Com vontade política, vamos transformando a realidade atual. Como tenho dito, equidade não é só uma questão de justiça, mas também de excelência. É necessária para que possamos desenvolver uma ciência cada vez melhor”.

Por fim, a ministra destacou ações do governo federal para garantir equidade de gênero no país. “O governo também anunciou medidas como o projeto de Lei que institui a igualdade salarial e remuneratória; a retomada do programa Mulher Viver sem Violência, a criação do Dia Nacional Marielle Franco, a distribuição gratuita de absorventes e a retomada de obras de 1.189 creches”.

Bolsonarista interrompe missa e agride padre Júlio Lancellotti em São Paulo

Um homem foi detido pela polícia e levado a uma delegacia depois de atacar o padre Júlio Lancellotti aos gritos e interromper uma missa, na Mooca, zona leste de São Paulo.

Conhecido por seu trabalho com pessoas em situação de rua, o padre Julio Lancellotti é frequente alvo de grupos de direita e conservadores, incluindo católicos. O homem interrompeu a missa do religioso pouco antes do momento em que ocorreu a distribuição de alimentos aos mais vulneráveis.

“Vai sustentar vagabundo”, diz ele aos berros no vídeo que circula nas redes sociais. Segundo o padre, o homem ainda tentou provocá-lo do lado de fora da igreja.

“As pessoas que me ajudam de manhã estavam lá e foram ameaçadas também, ele me xingou muito”, disse o padre.

O homem gritou que o padre comanda uma “quadriilha” e “protege vagabundos”, segundo relatos do pároco. O momento foi gravado por pessoas que estavam no local. O religioso denunciou o caso à polícia, e o homem foi encaminhado à delegacia.

O Padre Júlio já enfrenta resistência por parte dos moradores da Mooca. O centro comunitário São Martinho de Lima, que distribui refeições para até 500 pessoas por dia, mudou de endereço neste ano para o bairro, após uma vistoria constatar que o imóvel an-

tigo precisava de consertos estruturais. Um grupo de moradores protestou, pois afirmaram que as calçadas eram estreitas e, se montarem barracas ali, os moradores não vão poder passar nas calçadas.

De acordo com número da Prefeitura divulgado em janeiro de 2022, há 31.884 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, o número é 31% maior do que o registrado antes da pandemia de Covid-19.

Segundo estudos, essa população vulnerável pode ser ainda maior. Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estimaram em janeiro deste ano que 48.261 pessoas estejam vivendo nas ruas paulistanas.

Após negociações, governo propõe 9% de reajuste a servidores federais



Centrais sindicais convocam manifestação contra escalada de juros do Banco Central

As centrais sindicais estão organizando uma manifestação em frente ao Banco Central, em São Paulo, contra os juros altos da taxa Selic, que deve ser reavaliada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em reunião prevista para o próximo dia 21 de março.

Os atos têm o objetivo de pressionar o Copom a reduzir a taxa básica de juros (Selic). A mobilização também pede a saída do atual presidente do BC. “Queremos que o Copom nos ouça. É importante o BC ouvir os empresários e a Faria Lima, mas é preciso ouvir a classe trabalhadora também”, disse Sérgio Nobre, presidente da CUT.

“Faremos um movimento no sentido de pressionar o governo para estabelecer o fim da autonomia do Banco Central. A nossa intenção é de que essa taxa de juros seja rebaixada, pare de aumentar e incentive a retomada da industrialização no país”, afirma o vice-presidente nacional e presidente da CTB-SP, Rene Vicente.

“A pauta principal das centrais sindicais é a luta política pela retomada do desenvolvimento econômico, com valorização do trabalho e distribuição de renda. Para tanto, não abrimos mão da retomada do controle do Banco Central, pelo fim da autonomia e pelo fim da política do teto de gastos”, completou Rene.

De acordo com matéria do Estado de SP, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, sugeriu às centrais sindicais fazer uma “sardinada” na porta da unidade do Banco Central em São Paulo. Serão assados 300 kg de sardinha em frente ao edifício, localizado na Av. Paulista. Segundo Torres, a intenção é mostrar que “enquanto os tubarões lucram com os juros altos, o povo só come sardinha”.

Além da sede em Brasília, o BC tem representações em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Salvador, Fortaleza e Recife.

Aurora, Garibaldi e Salton pagarão R\$ 7 milhões em indenização por trabalho escravo no Rio Grande

As vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton deverão pagar uma indenização de R\$ 7 milhões por seu envolvimento em trabalho análogo à escravidão. A decisão é resultado da negociação conduzida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul com as empresas, que assinaram um Termo de Ajuste de Conduta com órgão nesta quinta-feira (9).

O valor da indenização será dividido entre R\$ 2 milhões a serem destinados aos trabalhadores resgatados e R\$ 5 milhões devem ser revertidos para entidades, fundos ou projetos voltados para a reparação do dano.

O termo de Ajuste também prevê mais 21 obrigações para as três vinícolas, como a fiscalização das condições de trabalho de pessoas contratadas de forma terceirizada. O descumprimento de cada cláusula prevê multa de até R\$ 300 mil por irregularidade.

A indenização vai atender aos 207 trabalhadores resgatados de um alojamento pertencente a uma empresa terceirizada que prestava serviço às vinícolas em Bento Gonçalves (RS). Os trabalhadores eram mantidos em situações degradantes, sob ameaça e violência, que incluíam o uso de choque elétrico e spray de pimenta.

A empresa que fornecia a mão de

obra e mantinha os trabalhadores nessas condições, a Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA, se recusou a firmar um Termo de Ajuste de Conduta em duas audiências sobre o caso. Durante a ação de resgate dos funcionários, o empresário Pedro Augusto Oliveira de Santana, que responde pela empresa, chegou a ser preso, mas foi liberado após pagar fiança. Com isso, o MPT pediu o bloqueio de bens do empresário à Justiça, o que foi concedido. Ao todo, R\$ 3 milhões estão bloqueados.

Nesta sexta-feira (10), em coletiva de imprensa, o MPT-RS apresentou um balanço de sua atuação no caso, detalhando as medidas imediatas a serem cumpridas pelas vinícolas. O balanço foi apresentado por Rafael Foresti Pego, procurador-chefe do MPT-RS, e Lucas Santos Fernandes, coordenador regional da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete).

Foresti ressaltou a celeridade inédita da negociação para o tamanho do caso, destacando que “o MPT-RS considera a rapidez da atuação uma resposta à sociedade em um caso que teve muita repercussão pelo seu caráter aviltante”, diz o procurador.



Governo federal e entidades do funcionalismo debatem reajuste salarial



Associação de Mulheres da Bela Vista realiza ato por ‘igualdade salarial e mais comida na mesa’

Em celebração ao Mês da Mulher, a Associação de Mulheres Unidas Venceremos, da Bela Vista, em São Paulo, realizou neste sábado (11), junto com o Sindicato dos Padeiros de São Paulo, um dia de atividades na comunidade do Bixiga. Com o apoio da Federação de Mulheres Paulistas (FMP) e a da Associação dos Aposentados da Panificação, o evento foi realizado na sede do Sindicato e contou com atividades culturais, bazar, massagem e lanche para a comunidade.

No ato de abertura, a presidente da Associação de Mulheres, Romilda Correia, ressaltou a importância da organização do movimento feminino após a derrota do projeto bolsonarista nas eleições de 2022, mas ressaltou que ainda há muito a percorrer.

“Vencemos o projeto de morte que era representado pelo último governo, que impôs diversos retrocessos para as mulheres e para o povo, mas temos muito o que avançar. As mulheres, ainda hoje, recebem menos que o homem para fazer o mesmo trabalho e, por isso e outras questões, são as mais afetadas com a elevação dos preços dos alimentos. Cada vez que vamos ao mercado, nosso salário, já defasado, compra cada vez menos comida, deixando as mulheres e suas famílias expostas à fome”, disse Romilda.

Lídia Correia, ex-vereadora de São Paulo, membro da direção nacional da União Brasilei-

ra de Mulheres (UBM) e ex-presidente da FMP falou da relação da emancipação das mulheres com o crescimento do país. “Nós passamos por um período de muitas dificuldades, enfrentamos mais de dois anos de pandemia e um governo que era a marca do retrocesso. Com a derrota de Bolsonaro, passamos para um momento com esperança, um momento de oportunidades para avançar nas pautas específicas do bairro, da cidade, mas principalmente com a compreensão de que é fundamental que a gente consiga desenvolver o Brasil. O Brasil precisa voltar a ter cadeia produtiva, precisa investir na indústria, assim como já teve uma das indústrias mais avançadas no passado, quando crescíamos mais que a China. É nessa direção que precisamos apoiar e pressionar o nosso presidente Lula. Foi isso, inclusive, que ele pediu nos últimos dias”, disse.

O presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, Francisco Pereira, o Chiquinho, resgatou o período de retrocessos nas relações de trabalho com a “reforma” trabalhista, aprovada por Temer, em 2017, que retirou direitos dos trabalhadores e enfraqueceu as entidades sindicais ao acabar com o imposto sindical, e destacou como isso afeta diretamente o direito das mulheres.

“O 8 de Março não é um dia qualquer. As ações anunciadas pelo governo, a questão da igualdade salarial, é uma luta histórica do movimento de mulheres. Uma luta para, minimamente, receber o mesmo salário do homem quando ambos fazem o mesmo trabalho. Mas ainda é preciso que a gente continue fazendo pressão social. Ainda há muita luta. Derrotamos essa política e inauguramos agora no Brasil um período de reconstrução, mas que, para isso, não podemos deixar só nas mãos do novo governo. É através da pressão popular que os governos se movem, vão para lá ou vão para cá. Nesse governo, a nossa participação vai ser ainda mais importante porque vamos dizer o que precisamos”, completou.

Lídia Correia, ex-vereadora de São Paulo, membro da direção nacional da União Brasilei-

Terceira todada de negociações ocorreu na sexta-feira (10). Proposta será oficializada e encaminhada às assembleias de base

Em reunião nesta sexta-feira (10), o governo federal e entidades dos servidores públicos fecharam um acordo de reajuste salarial do funcionalismo para 2023. A proposta prevê 9% de reposição a partir de maio e será agora encaminhada às assembleias das entidades.

No início do encontro, a proposta apresentada pelo Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público, Sérgio Mendonça, foi menor: 8,4% de reajuste. O índice foi imediatamente repudiado pelas entidades sindicais presentes no encontro, que chegaram a se retirar da mesa de negociação. Com o protesto, o governo elevou a proposta para os 9%.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, os servidores pressionaram até o limite para a recomposição salarial. “Entendemos que fizemos o possível, estende-

mos a corda até o limite. Agora fica com a base a deliberação para aprovar ou não os 9% que foram apresentados pelo governo”, afirmou.

As negociações com os servidores iniciaram em fevereiro, quando o governo propôs reajuste de 7,8%. Em contraproposta, os servidores reivindicaram 13,5%. As entidades ressaltam que algumas categorias do funcionalismo estão com a remuneração congelada desde de 2017. Carreiras de Estado, como policiais e diplomatas, tiveram o último reajuste em 2019.

“Reconhecemos o esforço do governo, mas saímos da reunião frustrados, uma vez que a proposta está distante do que foi reivindicado pelos servidores. Levando em consideração a proposta apresentada em fevereiro, não tivemos nenhum avanço considerável”, afirmou o professor Lúcio Vieira, secretário da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes).

Juro alto do BC impede a criação de empregos formais, denuncia Ministro

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou na quinta-feira (9) que a alta taxa de juros reduziu a geração de empregos no início deste ano. “Os juros altos sacrificam demasiadamente a população de baixa renda do país”, disse Marinho. Em janeiro, o Brasil criou apenas 83 mil vagas com carteira assinada, uma queda em cerca de 50% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram registrados 167,2 mil contratos, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Para o ministro, o cenário de uma política monetária ainda restritiva levou a um menor consumo da população, o que empurrou para baixo o nível de emprego no período.

“E um período agravado pelo endividamento. Você tem um endividamento grande e costumeiramente em janeiro, ele não é um mês de maior retomada econômica por conta de uma sazonalidade menor no consumo em outros bens, na medida em que as famílias estão centradas em despesas programadas, como IPVA, material escolar e IPTU, entre outras. Então, acaba agravando a situação já agravada pelo endividamento. E se você tem menor consumo, naturalmente tem menor demanda dos setores produtivos e não provoca geração de emprego de forma mais acelerada”, declarou o ministro.

Em coletiva à imprensa, Marinho criticou a manutenção pelo Banco Central (BC) da taxa básica de juros Selic em 13,75%, que está afundando as famílias no endividamento e travando a economia.

De acordo com o ministro, “costumeiramente janeiro não é um mês forte de geração de emprego. Mas podemos elencar alguns pontos para ser registrado nesse processo olhando para a economia de 2023. Você tem um processo forte de uma política ainda monetária restritiva, juros elevados, o Banco Central tem uma tarefa importante de trabalhar o monitoramento desse macroeconômico fundamental para incentivar a retomada da economia,

crescimento, enfim”.

“Outro ponto importante, vocês têm acompanhado também o endividamento elevado da população de maneira geral. Você tem um processo grande, segundo a Federação do Comércio, que aponta que 79% da população está endividada e, portanto, com dívidas atrasadas, inadimplência... 39% até três salários mínimos se encontram com dívidas atrasadas. Cinco pontos a mais que em janeiro do ano passado, por exemplo. De 3 a 5 salários mínimos, quem ganha essa renda, 27%; de 5 a 10, 20%; e acima de 10 salários mínimos, 14%. Então, o endividamento em larga escala da população. Mas você vê que quanto menor a renda, mais perverso é. Portanto, os juros altos sacrificam demasiadamente a população de baixa renda do país”, declarou Luiz Marinho.

O ministro afirmou que o governo está buscando criar mecanismos para responder ao problema do endividamento das famílias e da economia.

“Os indicadores macroeconômicos influenciam neste momento negativamente [na geração de empregos], mas nós estamos trabalhando com muito afinco, especialmente a área de economia, para equacionar esse conjunto de indicadores baixos macroeconômicos, para facilitar também o funcionamento da economia”.

O mês de janeiro registrou 1,87 milhões de contratações contra 1,79 milhões de demissões, gerando o saldo líquido de 83,2 mil admissões, segundo o Caged. Por setor, o Comércio registrou saldo negativo, uma queda de 53,5 mil postos de trabalho. O melhor resultado foi constatado em Serviços, com adição de 40,6 mil postos. A Construção obteve alta de 38,9 mil; seguido por Indústria, com alta de 34,02 mil trabalhadores; e Agropecuária somou mais 23,1 mil postos.

O salário médio de admissão de novos empregados ficou em R\$ 2.012,78, sendo uma redução, em valores reais (quando descontada a inflação) de R\$ 8,71 em relação ao mês de janeiro do ano passado (R\$ 2.021,49).

HP CHARGE DO ÉTON

Só consegui arranjar isso aqui

Cadê o colar, querido?

ÉTON

500 mil israelenses tomam as ruas do país em “resistência à ditadura”



Cristophe Archambault/AFP

Franceses contra Macron e sua reforma previdenciária: “não nos nos roubem 2 anos”

Centrais sindicais, juventude e oposição voltam às ruas neste sábado contra a elevação da idade mínima da aposentadoria de 62 para 64 anos. “Não aceitamos que nos roubem dois anos”: em resposta à intransigência do governo Macron, que insiste em enfiar goela abaixo dos franceses sua chamada “reforma previdenciária” para aumentar de 62 para 64 anos a idade mínima para aposentadoria, as centrais sindicais unidas, as entidades dos jovens e a oposição ampliaram a mobilização e neste sábado voltam às ruas, enquanto na Assembleia Nacional e no Senado o macronismo e adjacências aposta no arrocho em meio à crise que está gerando, atropela tudo e acredita que o povo vai cansar.

Não é o que as pesquisas vêm mostrando, com o repúdio à reforma se mantendo em um patamar superior aos dois terços da população. Na sexta-feira, pesquisa da Odoxa-Backbone para jornal conservador francês Le Figaro revelou que 69% estão apoiando as centrais sindicais e que, para 57%, caso o assalto passe no parlamento, a luta contra a reforma de Macron deve continuar até sua derrubada.

O assalto à previdência ocorre, ainda, em um momento em que a população francesa padece com a alta da inflação, boa parte dela fruto da decisão de Macron de alistar-se à guerra de procauroação de Biden contra a Rússia na Ucrânia, com o país sofrendo o efeito das sanções a Moscou e inclusive armando o regime de Kiev, depois de passar anos fingindo querer a implementação dos Acordos de Minsk e supostamente o fortalecimento do Formato Normandia.

De acordo com Figaro, “neste embate com a Intersindical [que congrega todas as centrais], as pesquisas de opinião confirmam semana após semana que o governo já perdeu a batalha”.

Na análise da diretora da consultoria Backbone, Veronique Reille-Soult, “as manifestações são cada vez mais de forte descontentamento global, sensação de que a vida está cada vez mais difícil e cara”. Em caso de impasse, uma clara maioria dos entrevistados (64%) atribuiria a responsabilidade ao executivo, contra apenas 35% aos sindicatos.

O prazo limite no Senado, segundo o jornal L’Humanité, é domingo, 12 de março à meia-noite. Para entrar em vigor, a reforma precisa passar pelas duas Casas do Parlamento até o próximo dia 26.

PANELA DE PRESSÃO

Jornada após jornada, o movimento foi crescendo e ampliando a unidade: duas em janeiro (dias 19 e 31), três em fevereiro (dias 7, 11 e 16), o 7 de março com 3,5 milhões nas ruas da França e, agora, este 11 de março e ainda o 15 de março, uma quarta-feira, datas definidas em função dos embates no parlamento. O dia 15 é a data em que está agendada a reunião da comissão mista de senadores e deputados.

Na TV BFM, o secretário-geral da CGT Énergie, Patrick Santo, advertiu o Palácio do Eliseu: “se o projeto de reforma da previdência for para comissão mista – marcada para 15 de março – não vamos nos proibir de nada”. Uma petição online contra a perversa ‘reforma da previdência’ de Macron coletou mais de um milhão de assinaturas.

Em paralelo, se multiplicam as “paralizações renováveis”, que atingem de refinarias a ferrovias de alta velocidade e metrô, portos e aeroportos; da coleta de lixo às escolas e faculdades, fábricas e serviços públicos.

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, teve como centro o repúdio à reforma de Macron, que coloca as mulheres entre as maiores vítimas. Foram mais de 200 atos por toda a França, com centenas de milhares de participantes.

Nos protestos, foi denunciado que as mulheres recebem aposentadorias 40% mais baixas que os homens e que 4 em cada 10 mulheres se aposentam sem pensão integral ou, para completar o tempo de contribuição, têm que trabalhar até os 67 anos.

No dia seguinte, foram os jovens que foram às ruas. A pressão segue aumentando, sob a inspiração do levante em 1995 contra a primeira reforma da previdência tentada na França, que levou à queda do então primeiro-ministro Alain Juppé.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopoovo.com.br

Após colisão, ferroviários gregos ampliam greve por investimentos

Os trabalhadores ferroviários da Grécia decidiram manter as paralisações parciais para protestar contra o acidente em que um trem que transportava 350 passageiros, indo da capital para a cidade de Thessalonika, colidiu com um comboio de carga perto da cidade de Larissa, no centro do país, na madrugada de 1º de março.

As ações grevistas vão até esta quarta-feira (8): os trabalhadores exigem investimentos em segurança das ferrovias, atendendo à convocação dos sindicatos da Federação dos Trabalhadores Ferroviários (POS).

A Federação denunciou que o Ministério dos Transportes “encontra dinheiro para os vários empreiteiros, mas não para concluir a infraestrutura ferroviária e os sistemas de tráfego seguro!”

Segundo a entidade, o governo e as empresas agem como se a culpa seja de qualquer um, menos deles: “a culpa é dos fenômenos que são intensos e inundam a linha férrea, é culpa dos incêndios que

deixaram toras queimadas, é culpa da neve, é culpa dos outros, é um pouco nossa culpa”, ironizam os ferroviários.

O Sindicato dos Trabalhadores da TRAINOSE (sigla da ferrovia ateniense), recebeu o apoio de outras entidades sindicais de trabalhadores que atuam na empresa ferroviária Hellenic Train, privatizada e desnationalizada, decidiram continuar as ações de greve que já paralisam as principais vias de transporte.

“A concentração de trabalhadores foi realizada na Praça Syntagma [pátio diante do parlamento grego], após um apelo dos três sindicatos ferroviários helênicos e em memória dos que morreram no trágico acidente”, informa a Federação.

57 pessoas perderam a vida no desastre e 85 ficaram feridas.

Jornalistas locais relataram 10.000 manifestantes em Atenas. Ferroviários, sindicatos e órgãos públicos exigem que o governo investigue as causas e circunstâncias da tragédia.



Milhares de manifestantes ocuparam a avenida Kaplan no centro de Tel Aviv

Chefe de horda nazista ucraniana “Batalhão Azov” é homenageada na Casa Branca

Entregar em plena Casa Branca – e no dia 8 de Março – o Prêmio Internacional Mulheres de Coragem à terrorista ucraniana Yuliya Paevskaya, integrante do neonazi Batalhão Azov, é uma “glorificação do nazismo e uma desgraça”, afirmou o embaixador da Rússia nos Estados Unidos, Anatoly Antonov, condenando a cerimônia de quarta-feira passada.

“Os círculos dirigentes locais deveriam ter vergonha diante dos veteranos americanos e soviéticos que, à custa de suas vidas, libertaram o mundo da ‘peste marrom’ – [a internacional do ódio e do fanatismo fascista]”, acrescentou Antonov.

“É uma pena. Não cabe na minha cabeça que os nazistas possam ser homenageados dentro dos muros da Casa Branca. Para quem não sabe: Paevskaya, que tem como codinome Taira, é uma criminosa terrorista ucraniana cujas mãos estão manchadas com o sangue de velhos, mulheres e crianças”, esclareceu o embaixador.

Carregando o símbolo de uma divisão SS alemã nazista, referindo-se ao Wolfsangel, insígnia usada pela 2ª Divisão Panzer SS Das Reich durante a Segunda Guerra Mundial, Taira tem prestado relevantes serviços ao regime do presidente ucraniano Vladimir Zelensky e, em



Jill Biden e Blinken, homenageiam a nazista Yuliya

função disso, foi condecorada pela primeira-dama dos EUA, Jill Biden, e pelo secretário de Estado, Anthony Blinken no Dia Internacional da Mulher.

Antonov recordou que em março de 2022 Paevskaya “fingiu ser mãe de dois filhos, cujos pais ela mesma matou, e vestindo roupas civis tentou escapar da fábrica de Azovstal em Mariupol”. “Os menores sequestrados admitiram posteriormente que Paevskaya os ameaçou com represálias. Em 2014, essa pessoa participou ativamente da tomada armada do poder na Ucrânia. Então, de 2014 a 2018, ela estava engajada no treinamento de combate de neonazistas no Donbass. Ela cometeu crimes contra civis. O passatempo favorito de um seguidor de Stepan Bandera [um dos ideólogos do colaboracionismo ucraniano com os

invasores], hoje exaltado em Washington, é atirar nas pessoas com um rifle de precisão”, denunciou o embaixador. “Lembre-se que o batalhão Azov confessa ideologia misantrópica [de limpeza étnica, de pureza racial]”, protestou.

As autoridades estadunidenses estão cientes de tudo isso, condenou Antonov, recordando que “em 2019, os congressistas norte-americanos exigiram que o secretário de Estado incluísse o batalhão Azov na lista de organizações terroristas estrangeiras. Isso significa que, para ‘ferir’ a Rússia, os Estados Unidos estão dispostos a glorificar o nazismo”.

Após ter sido capturada pelas forças russas em Mariupol em março do ano passado, Paevskaya foi liberta do cativeiro em junho, devido a um acordo de troca de prisioneiros.

Organização feminina dos EUA chama mulheres a integrarem manifestações pela paz na Ucrânia

No Dia Internacional da Mulher, a líder da organização feminista Codepink, lançou campanha contra o dinheiro do produto de Washington à guerra na Ucrânia: “Finanças para atender nossas necessidades, não às guerras sem fim” e convocou as mulheres aos atos pela abertura de negociações e pela paz.

Codepink lançou petição pela demissão de Victoria Nuland, articuladora do golpe contra o governo ucraniano em 2014. “Se as feministas permanecerem em silêncio ou apoiarem essa criminosa de guerra Victoria Nuland que emerge da era Bush, somente porque ela é mulher, ela pode simplesmente incinerar o mundo em um incêndio nuclear”, alerta a fundadora da organização CodePink e ativista pela paz, Medea Benjamin. A organização feminina lançou uma petição pela demissão de Nuland.

A organização Codepink também conclama as norte-americanas, a integrarem a luta contra o fomento da guerra na Ucrânia, chamando-as a participarem dos atos



“Demitam a criminosa Nuland”, exige Medea

que ocorrerão nos dias 18 e 19 de março quando se completam 20 anos da invasão norte-americana ao Iraque.

Em artigo publicado pelo portal Common Dreams, a ativista pela paz e líder feminista se dirige ao governo Biden, levantando “uma demanda feminista: demita a criminosa de guerra Victoria Nuland”. O artigo é assinado também pelas companheiras da CodePink, Marcy Winograd e Melissa Garriga.

“Em vez de promover a diplomacia, Nuland [subsecretária de Estado no governo Biden] acende fósforos onde quer que ela se intrometa, agitou pela guerra no Afeganistão e

agora na Ucrânia”.

Para Medea, o histórico da auxiliar de Biden “parece a ficha criminal de um criminoso de guerra”.

“Com drones já atacando a península da Criméia e foguetes americanos de longo alcance a caminho, o esforço de Nuland para cruzar outra das linhas vermelhas traçadas por Putin apenas garante mais mortes, destruição e ecocídio na Ucrânia”.

Para as mulheres da Ucrânia, aquilo que Nuland provocou ao longo dos anos com a expansão da Otan – levou, além de mortes e destruição, ao aumento do tráfico sexual e aumento da violência de gênero, assinalou Medea.

Com cartazes e faixas, multidões em Tel Aviv, Jerusalém, Haifa e mais uma centena de cidades e cruzamentos de rodovias denunciam golpe da ultradireita para anular o Judiciário

Lideranças da oposição falaram a multidões concentradas neste sábado, 11, em Tel Aviv, Haifa, Jesusalém, Ashdod, Beer Sheva, Netania na 10ª semana consecutiva de protestos contra o projeto que o bloco liderado por Netanyahu, em conjunto com elementos judaico-supremacistas e abertamente fascistas como Ben Gvir e Smoltrich, com o qual pretendem extinguir, de fato, o poder Judiciário do país e estabelecer uma autocracia ditatorial em Israel.

GOLPE DE NETANYAHU

Segundo os organizadores os atos deste sábado somam 500 mil pessoas e é a maior soma desde que a série de manifestações contra o golpe de Netanyahu teve início.

Além dos 250 mil nas avenidas centrais de Tel Aviv, o ato na terceira maior cidade do país, Haifa, onde estavam se reunindo 10 mil pessoas a cada semana, surpreendeu os organizadores, chegando a concentrar 50 mil.

Milhares tomaram o centro de Ashdod, cidade portuária onde o Likud, partido de Netanyahu teve maioria, para, agora, protestarem contra seu golpe parlamentar.

Milhares se concentraram na frente da residência do presidente Isaac Herzog que, na quinta-feira chamou o premiê Netanyahu a “parar de dividir o país” e, em pronunciamento crítico ao primeiro-ministro, fato sem precedentes no país, destacou que “a democracia de Israel e o maior valor. Um judiciário independente é o maior valor. Proteger os direitos humanos – de homens, mulheres e minorias e manter o único e rico mosaico israelense – é o valor mais elevado”.

“TERROR CONTRA O POVO”

“Israel está enfrentando a maior crise em toda sua história. Uma onda de terrorismo nos atinge, nossa economia está quebrando, o dinheiro está indo embora, mas a única coisa que importa a este governo é arruinar a democracia israelense”, declarou o ex-premiê Yair Lapid ao falar para 10 mil pessoas na cidade sulista de Beer Sheva.

“O fato de terem vencido as eleições por meio por cento de diferença não lhes dá o direito de ameaçar as mulheres de ocuparem posições de destaque, de dizer para nós o que podemos e o que não podemos comer no Pessach [a Páscoa judaica], ou de perpetrarem pogroms contra cidades palestinas”, acrescentou.

Lapid finalizou enfatizando que se o bloco no poder seguir atentando contra a legislação em vigor no país, mesmo após o pedido para sua suspensão pelo presidente, seria “como cuspir na cara do presidente Herzog”.

“TRAPAÇA”

Lieberman, presidente do partido Israel Beiteinu (Israel Nossa Casa), denunciou o projeto do bloco no poder como “uma trapaça armada por Netanyahu e Gvir”.

“Israel não será uma monarquia de uma família real ou um Estado teocrático. Permanecerá liberal, livre e democrático. Eles pode ter uma maioria no Knesset (parlamento), mas nós temos a maioria do público”, prosseguiu Lieberman.

Ele finalizou referindo-se à agressão de Gvir e Netanyahu que chamaram os manifestantes de ‘anarquistas’: “Quando olhamos para esta multidão

não vemos anarquistas, ou terroristas, ou traidores – só vejo patriotas que se importam com Israel”.

“RESISTIR À DITADURA”

As manifestações deste sábado foram precedidas por outros 150 atos ao longo de Israel, na quinta-feira, naquilo que os organizadores denominaram de “Dia de Resistir à Ditadura”.

Durante o dia os protestos contra o ataque ao Judiciário tiveram como característica o bloqueio de avenidas em Tel Aviv, o cerco ao aeroporto internacional Ben Gurion e bloqueios em estradas em diversos pontos do país.

O clima ficou tenso com Netanyahu e o ministro da Segurança Nacional o fascista Ben Gvir chamando os manifestantes de “anarquistas”.

Netanyahu estava com viagem prevista para a Itália e teve que ir ao aeroporto de helicóptero pois as vias de acesso estavam fechadas por manifestantes. A polícia se negava a reprimir o bloqueio.

Sua viagem esteve perto de ser cancelada pois foi os pilotos da companhia estatal israelense de aviação, a El Al, se negavam a levá-lo a Roma. Os pilotos dispostos a voar com Netanyahu foram localizados a muito custo.

REJEITADO NA ITÁLIA

Na Itália também foi difícil conseguir intérpretes para o premiê israelense. A judia Olga Dalla Padoa, intérprete italiana tradicional de autoridades israelenses negou-se a trabalhar na visita de Netanyahu. “Se eu traduzisse suas palavras, não poderia mais olhar nos olhos dos meus filhos. Não traduzirei quem adere a princípios fascistas e limita liberdades”.

Em sua visita a uma sinagoga em Roma, ele também foi repreendido.

Noemi Di Segni, a presidente da União das Comunidades Judaicas da Itália, se pronunciou na sinagoga, destacou que como italiana “não devo me envolver nos detalhes da proposta de reforma judicial, mas não posso evitar de compartilhar um profundo sentimento de profunda preocupação diante das divisões que crescem em Israel”.

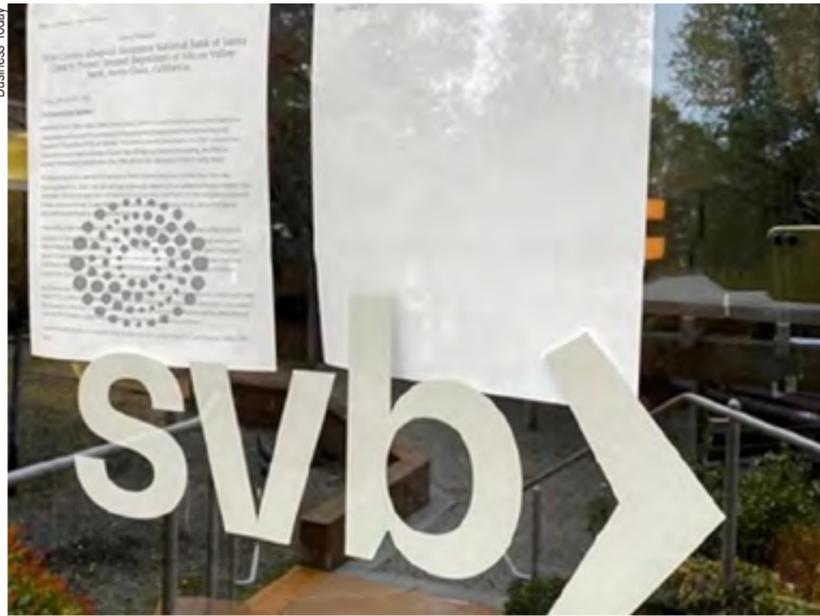
Di Segni acrescentou que “tal reforma não um ato ordinário de uma administração e precisa ser aprovada por um amplo processo de debate e consenso”.

Ela prosseguiu afirmando que “a maioria eleita tem legitimidade para promover, apoiar e aprovar seu próprio desenho político, o que significa entender o quão importantes suas instituições centrais são em um país com as complexidades de Israel”.

Sem explicitamente mencionar a cidade de Hawara, atingida por um pogrom de uma turba de colonos judeus na Cisjordânia, alertou: “Espalhar o ódio contra vizinhos – sejam eles seculares, de esquerda, árabes israelenses ou palestinos – ocorreram com expressões de ódio não apenas em palavras, mas através da queima de casas, destruição de propriedade, não pode ser descrito como um comportamento do qual os judeus podem se orgulhar”.

Finalmente, a líder judaica referiu-se à política do governo israelense: “Vocês não podem ser descritos orgulhosos judeus ou orgulhosos israelenses se, em nome de uma identidade judaica, voltam-se para o terror ou mesmo respondem à dor e ao luto com violência ou legitimação de atos de violência”.

Silicon Valley Bank quebra três dias após o Fed reiterar alta dos juros



Silicon Valley Bank, SVB, era o maior banco ligado ao setor de alta tecnologia

Em vitória da diplomacia de Pequim, Irã e Arábia Saudita reatam relações

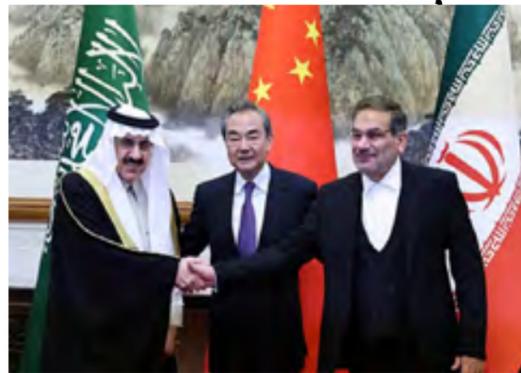
China, Irã e Arábia Saudita divulgaram um comunicado conjunto na sexta-feira (10) anunciando que o Irã e a Arábia Saudita concordaram em restabelecer os laços e reabrir embaixadas dentro de dois meses, após uma reunião de negociação em Pequim. As relações estavam rompidas há sete anos.

A notícia chegou na noite de sexta-feira atraindo a atenção mundial e é vista como um avanço nas relações bilaterais para os inimigos regionais de longa data, Irã e Arábia Saudita, registrou o jornal Global Times.

“O acordo, fechado em Pequim esta semana em meio ao Congresso Nacional do Povo, representa uma grande vitória diplomática para os chineses”, admitiu a Associated Press, que acrescentou que ela ocorre “quando os diplomatas tentam encerrar uma longa guerra no lêm, um conflito no qual tanto o Irã quanto a Arábia Saudita estão profundamente enredados”.

Coube a Wang Yi, diretor do Gabinete da Comissão de Relações Exteriores do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC) e ex-chanceler chinês, mediar a reunião entre as duas delegações, chefiadas respectivamente por Ali Shamkhani, secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, e por Musaad bin Mohammed Al-Aliban, Conselheiro de Segurança Nacional da Arábia Saudita.

Wang disse que a China, como “mediadora de boa fé e confiável, cumpriu fielmente seus deveres como anfitriã”. “Continuaremos a desempenhar um papel construtivo no



Retomada de relações foi anunciada em conjunto pelo Irã e Arábia Saudita, com intermediação da China (Vídeo)

tratamento adequado de questões críticas no mundo de hoje, de acordo com os desejos de todos os países, e demonstraremos nossa responsabilidade como nação importante”, acrescentou.

Wang parabenizou os dois países por terem dado um “passo histórico” na melhoria das relações bilaterais. Ele acrescentou que as negociações Irã-Arábia Saudita em Pequim alcançaram um resultado significativo e são uma vitória do diálogo e da paz, trazendo boas notícias para um mundo instável.

Em vídeo exibido pela TV iraniana, Wang pode ser ouvido oferecendo “parabéns sinceros” pela “sabedoria” dos dois países. “Ambos os lados demonstraram sinceridade”, disse ele. “A China apoia totalmente este acordo”.

Também as Nações Unidas saudaram a reaproxima-

ção saudita-iraniana e agradeceram à China por seu papel. “Boas relações de vizinhança entre o Irã e a Arábia Saudita são essenciais para a estabilidade da região do Golfo”, disse o porta-voz da ONU, Stéphane Dujarric, na sede da ONU.

O principal diplomata paquistanês Bilawal Bhutto Zardari, presidente do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Organização de Cooperação Islâmica, elogiou a China por “encorajar a resolução de disputas, em vez de encorajar disputas perpétuas”. Irã e Arábia Saudita são países de fé islâmica, mas professam respectivamente o xiismo e o sunismo.

A agência de notícias estatal IRNA do Irã citou Shamkhani como chamando as negociações de “claras, transparentes, abrangentes e construtivas”.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Cidadão negro condenado de forma fraudulenta nos EUA recupera liberdade depois de 18 anos de prisão

Sheldon Thomas foi declarado inocente depois de passar 18 anos preso. Agora com 35 anos de idade, ele foi condenado quando tinha apenas 17 anos pelo suposto assassinato de um garoto de 14 anos, tragédia que teria ocorrido na véspera do Natal de 2004.

Thomas, que é negro, teve sua condenação anulada ao se comprovar que detetives forjaram documentos e fotos para enganar uma testemunha para levá-la a identificar a pessoa errada.

O procurador distrital do Brooklyn, Eric Gonzales, que dirigiu as investigações que concluíram pela manipulação da acusação e pela sua inocência, celebrou a libertação.

Oficialmente, mais de 2.800 pessoas – a grande maioria negras – foram condenadas injustamente nos Estados Unidos, muitas delas permanecendo décadas ou até mesmo morrendo na prisão. Para o procurador, “devemos nos esforçar para garantir justiça e integridade em todos os casos e ter a coragem de corrigir os erros do passado”.

Gonzales disse que o caso contra Thomas “foi comprometido desde o início por erros graves e falta de causa provável para prendê-lo. Ele foi ainda

mais privado de seus direitos do devido processo quando a acusação prosseguiu mesmo depois que a identificação errônea veio à tona, tornando sua condenação fundamentalmente injusta”.

“SEM PALAVRAS”

Ainda perplexo com a libertação, Thomas disse “estar sem palavras”. “Tantas e tantas vezes, quando eu estava em minha cela, pensei muito neste momento”, declarou emocionado.

Conforme o promotor, Thomas foi um dos três supostos membros de uma gangue acusada de matar o adolescente Anderson Bercy e ferir outra pessoa. Para incriminá-lo, os detetives pediram para usar uma foto de Thomas em uma prisão ocorrida meses antes, para que pudessem mostrar a uma testemunha ocular uma série de fotos. Antes de obter a suposta foto, os detetives decidiram retirá-la de um banco de dados da polícia que era, na verdade, de um outro Sheldon Thomas. A testemunha ocular identificou prontamente aquela foto como a do atirador, sem saber que

era a do Sheldon Thomas errado, explicou Gonzales. Os detetives foram ao endereço de Thomas – não o do Sheldon Thomas cuja foto foi realmente usada – e o prenderam, informou a Promotoria.

Passados dois anos, durante uma audiência pré-julgamento em 2006, o detetive do caso admitiu ter utilizado uma foto do Sheldon Thomas errado e que havia prestado falso testemunho. Thomas também esclareceu que não era o homem da foto, mas o juiz da época sustentou haver “causa provável” por conta das “denúncias anônimas”, acrescentando que a foto se parecia com a do jovem negro.

Com base nestas armadilhas, Thomas foi considerado culpado de uma série de acusações, incluindo a de assassinar em segundo grau, cinco tentativas de homicídio e porte de armas, sendo condenado a 25 anos de prisão.

Desde 2014, apenas o trabalho desta unidade resultou na anulação de 34 condenações, havendo atualmente 50 investigações abertas.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Papa responsabiliza ‘grandes potências’ por conflito na Ucrânia: “Não é só a Rússia”

A Rússia não é o único “império” cujos interesses estão impulsionando o conflito na Ucrânia, disse o Papa Francisco em entrevista à televisão suíça RS, que será publicada no domingo. Trechos da entrevista foram publicados por vários canais italianos na sexta-feira, registrou a RT.

Questionado sobre o conflito em curso entre Moscou e Kiev, o papa afirmou que se transformou em uma “guerra mundial” na qual “as grandes potências estão todas emaranhadas”.

“O campo de batalha é a Ucrânia. Todo mundo está lutando lá. Isso faz com que a indústria pense em armas”, comentou o Papa. Ele também declarou sua disposição de se encontrar com o presidente russo, Vladimir Putin, para negociações.

O pontífice afirmou que Putin sabe que a opção de negociar a paz está sempre disponível. No entanto, ele reconheceu que “interesses imperiais” estão em jogo no conflito na Ucrânia, “não apenas do império russo, mas também de outros impérios”.

“É função do Império colocar as nações em segundo lugar”, disse o papa. Ele pediu repetidamente um fim pacífico para as hostilidades que abalaram a Ucrânia no ano passado.

No entanto, após insinuar que o conflito “talvez de alguma forma tenha sido provocado ou não evitado” e que há um “interesse em testar e vender armas” em jogo, o papa indicou não ser um apoiador de Putin.

“Seria simplista e errado dizer algo assim”, apontou o Papa em uma entrevista em junho, acrescentando: “Sou apenas contra transformar uma situação complexa em uma distinção entre bom e mau, sem levar em conta raízes que são muito complexas.”

O papa fez comentários semelhantes em entrevista ao jornal espanhol ABC em dezembro, na qual também sugeriu que “a guerra é travada quando um império começa a enfraquecer. E quando há armas que precisam ser usadas, testadas e vendidas. muito em jogo.”

Moscou, por sua vez, descreveu repetidamente o conflito na Ucrânia como uma “guerra por procuração” travada contra o país pelos EUA e seus aliados. O presidente russo Putin indicou que o Ocidente está agora buscando um conflito global, com alguns oficiais da OTAN pedindo abertamente a “derrota estratégica da Rússia”. Ele tem se destacado na defesa de um mundo multipolar, ao invés da atual ordem unipolar sob as regras de Washington.

Putin também culpou Kiev e seus apoiadores ocidentais pelo conflito na Ucrânia, que deram início em 2014 à guerra contra o povo de Donbass, por se opor ao golpe de Estado. Ele observou que, embora a Rússia “não tenha iniciado as atividades militares”, agora está tentando encerrá-las.

Assembleia Popular da China reelege Xi Jinping para o seu 3º mandato presidencial

A 14ª Assembleia Nacional Popular (ANP) da China reelegeram na manhã desta sexta-feira (10) o presidente Xi Jinping, para um terceiro mandato de cinco anos (2023-2028). Ao mesmo tempo, o órgão legislativo o escolheu para comandar a Comissão Militar Central, o equivalente às Forças Armadas.

A manifestação unânime dos 2.952 delegados presentes ao Congresso do Povo, por aplausos de aclamação, consagra o reconhecimento do trabalho de Xi Jinping, que desde o longo mandato do fundador da República Popular da China, Mao Tsé-Tung, que governou o país desde a sua criação em 1949 até o seu falecimento em 1976, é o primeiro que dirige o país que mais cresce no planeta por mais de dez anos.

O Congresso também elegeu Han Zheng, como vice-presidente, e Zhao Leji como presidente da Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular. Logo após as votações, Xi Jinping, assim como Han e Zhao prestaram juramento de lealdade ao povo e à Constituição chinesa.

A votação de hoje durou cerca de uma hora e a contagem eletrônica foi concluída em cerca de 15 minutos. O Congresso também elege os líderes das novas agências estatais e do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

Sob a presidência de Xi Jinping, mais de

100 milhões de chineses saíram da pobreza extrema, sendo a China o primeiro país de grandes dimensões a erradicar o mal que atíngia principalmente habitantes das áreas rurais.

Sob sua gestão a China registrou investimentos na industrialização, ciência e tecnologia, com entre outros feitos, enfrentar com eficácia a pandemia da Covid-19 (sendo o país mais populoso do mundo com 1,41 bilhão de habitantes, registrando 87 mil mortes, enquanto os EUA, com 334 milhões de habitantes, ultrapassando os 1,31 milhão de mortos).

Nos anos recentes, Xi Jinping tem elevado a conclamação à reunificação da China, com a integração de Taiwan ao quadro nacional, colocando o objetivo como prioridade máxima.

Na quinta-feira (9), Xi Jinping fez um discurso aos representantes do Exército Popular de Libertação e da Polícia Armada no Congresso Nacional Popular enfatizando que a China deve “consolidar e melhorar o sistema estratégico nacional integrado e as suas capacidades”, ao mesmo tempo que precisa “fortalecer a orientação da tecnologia de defesa nacional e da indústria para servir a um exército forte e vencer guerras”.

Xi Jinping também tem se destacado pela firmeza com que conduz os desafios que seu país enfrenta diante da agressividade imperialista de Washington.

Leia mais no site do HP

ma financeiro americano em 2008, quando o Washington Mutual (que detinha ativos com valor declarado de US\$ 307 bilhões) foi fechado. Em paralelo, o banco Silverado, ligado à especulação com bitcoins, teve sua falência decretada no dia 8.

O 16º maior banco dos EUA em ativos (US\$ 209 bilhões), o Silicon Valley Bank (SVB), faliu na sexta-feira (10), após uma corrida ao banco, depois que se tornou público que havia sofrido uma perda de US\$ 1,8 bi na quarta-feira ao vender títulos do Tesouro no esforço de levantar fundos e que estava tentando equilibrar as contas com uma venda de ações para tentar levantar US\$ 2,25 bi.

O banco, que existia desde 1987 e havia sobrevivido à crise ‘dot.com’ de 2001 e ao crash de 2008, durou cerca de três dias após o presidente do Fed, Jerome Powell, na terça-feira (7), ter indicado que o Fed iria aumentar os juros mais alto e mais rápido, a título de combater a inflação. O Fed aumentou os juros ao ritmo mais acelerado em 40 anos: de 0,25% em 2020, para 4,75% em fevereiro deste ano.

Nesta segunda-feira (13), as agências do SVB, agora sob o controle do Fundo Federal Garantidor de Depósitos (FDIC, na sigla em inglês), abrirão para que os depositantes possam pedir o ressarcimento de seus depósitos, até o teto de US\$ 250.000. O que corresponde a cerca de 3 a 7% do total de depósitos, segundo a mídia.

O fato de o FDIC ter assumido o controle do banco durante o dia – em vez de sexta-feira à noite, que é o procedimento normal – mostra o quão caótica era a situação. As ações do SVB em Wall Street afundaram 86% entre a manhã de quinta-feira e a interrupção das negociações na bolsa na sexta-feira.

O SBV se apresentava como “parceiro da economia da inovação”, segundo o New York Times. Com 17 filiais na Califórnia e em Massachusetts, era profundamente integrado à alta tecnologia do Vale do Silício, atendendo a cerca de metade de todas as novas start-ups financiadas por investidores de capital de risco.

Falando ao Congresso, Powell disse que “o nível final das taxas de juros provavelmente será mais alto do que o previsto anteriormente” e que, se justificado, o Federal Reserve estará “preparado para aumentar o ritmo dos aumentos das taxas”. A taxa de juros aumentou de 0,25% em 2020, para 4,75% em fevereiro deste ano. Na próxima semana, o Fed irá anunciar de quanto será essa alta.

Noticiando o colapso do SVB, o portal Zero Hedge sublinhou o alerta de Michael Hartnett, estrategista-chefe do Bank of America, na semana anterior, de que “o Fed vai apertar até que algo quebre”.

Ainda de acordo com a FDIC, o dinheiro obtido com a venda dos ativos do banco irá para os depositantes não segurados. Os funcionários do banco receberam no sábado (11) uma proposta do órgão para trabalharem por 45 dias de trabalho por 1,5 vez o salário.

40 ANOS EM 14 HORAS

“Os 40 anos de relações comerciais do SVB apoiando o Vale do Silício evaporaram em 14 horas”, observou ao Financial Times um executivo sênior de um fundo de capital de risco multibilionário. Note-se que, até o momento de a autoridade financeira ordenar seu fechamento, o SVB tinha a classificação máxima AAA.

Foi a segunda maior falência bancária da história dos Estados Unidos, só superada no colapso no siste-

ma financeiro americano em 2008, quando o Washington Mutual (que detinha ativos com valor declarado de US\$ 307 bilhões) foi fechado. Em paralelo, o banco Silverado, ligado à especulação com bitcoins, teve sua falência decretada no dia 8.

Outro fator que pesou para esse desfecho foi que o setor de tecnologia começou a desacelerar nos últimos meses, inclusive havendo o anúncio de milhares de demissões, com os clientes do SVB retirando dinheiro mais rápido do que o esperado, enquanto minguavam os novos aportes de risco.

Uma situação que colocou o banco no fio da navalha, à medida em que o Fed desencadeou a alta dos juros.

Em suma, o banco bancava projetos de longo prazo, com dinheiro emprestado de curto prazo, e foi possível manter as duas pontas operando sob a política de juros reais negativos, o que explodiu quando os juros subiram.

Sob aperto, o banco teve de antecipar o resgate de títulos do Tesouro que tinha em reserva e títulos lastreados em hipotecas, antes da data do vencimento, tendo que pagar um rendimento pela operação.

Na fatídica venda da carteira de títulos de US\$ 21 bi, o SVB perdeu 1,8 bi, evidenciando a crise.

Registre-se que, sob o quantitativo easing implementado sob a pandemia, o SVB aumentou sua carteira de títulos de cerca de US\$ 27 bilhões no primeiro trimestre de 2020 para cerca de US\$ 121 bilhões no final de 2021. Resultado direto da injeção massiva de US\$ 4 trilhões do Fed no sistema financeiro após o congelamento do mercado em março de 2020, no início da pandemia de Covid-19.

Mas quando o Fed começou a aumentar as taxas de juros no ano passado e os rendimentos dos títulos do Tesouro e outras dívidas aumentaram, seu valor de mercado caiu – os rendimentos e o preço dos títulos lastreados em empréstimos a start-ups movem-se em direções opostas – e o SVB sofreu perdas significativas. A estimativa era de uma perda de US\$ 15 bilhões nos US\$ 91 bilhões em títulos que detinha.

BATE O DESESPERO

Na quarta-feira, o SVB afirmou que venderia US\$ 2,25 bilhões em novas ações, em uma operação discutida com o Goldman Sachs. Anúncio que gerou pânico em empresas de capital de risco, acelerando a corrida aos saques.

Na quinta-feira (9), conclamação do presidente-executivo do banco, Greg Becker, a que os clientes mantivessem a calma só piorou o quadro, as ações despencaram 60%, fazendo o SVB perder quase US\$ 10 bilhões, segundo a Bloomberg.

Talvez a informação de que o próprio Becker havia vendido US\$ 3,5 milhões em ações do SVB na semana anterior, conforme registrou o portal Zero Hedge, não haja contribuído para serenar os ânimos.

Analistas advertiram que o fechamento e a liquidação do SVB terão um impacto enorme no ecossistema de tecnologia, havendo quem tema um “evento de extinção em massa”. Eles também chamaram a garantir que as start-ups, que contavam com o SVB, consigam honrar suas folhas de pagamento.

Leia a íntegra no site do HP

China diz que hegemonismo dos EUA traz guerras, pilhagem e exploração (parte 1)

“As guerras provocadas ou lançadas pelos EUA após 1945 incluíram a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Golfo, a Guerra do Kosovo, a Guerra do Afeganistão, a Guerra do Iraque, a Guerra da Líbia e a Guerra da Síria, abusando de sua hegemonia militar para abrir caminho a seus objetivos expansionistas”

“Ao apresentar os fatos relevantes, este relatório procura expor o abuso de hegemonia dos EUA nos campos político, militar, econômico, financeiro, tecnológico e cultural, e chamar maior atenção internacional para os perigos das práticas dos EUA para a paz e a estabilidade mundiais e o bem-estar de todos os povos”, assinala o Ministério das Relações Exteriores da China na introdução deste documento.

O estudo da Chancelaria chinesa também destaca: “Desde

que se tornou o país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos passaram a interferir nos assuntos internos de outros países, perseguir, manter e abusar da hegemonia, promover a subversão e a infiltração, e deliberadamente travar guerras, trazendo danos à comunidade internacional” e tem “substituído a verdade com seu poder e pisoteado a justiça para servir a seus próprios interesses”.

Por sua importância, publicamos a seguir a íntegra do documento:



Wang Yi, chefe da Comissão de Relações Exteriores do PC da China e ex-chanceler. (divulgação)

pelos Estados Unidos em nome da luta contra o terrorismo já mataram mais de 900.000 pessoas, sendo cerca de 335.000 civis, feriram milhões e desalojaram dezenas de milhões. A Guerra do Iraque de 2003 resultou em cerca de 200.000 a 250.000 mortes de civis, incluindo mais de 16.000 mortos diretamente pelos militares dos EUA e deixou mais de um milhão de desabrigados.

Os Estados Unidos criaram 37 milhões de refugiados em todo o mundo. Desde 2012, só o número de refugiados sírios aumentou dez vezes. Entre 2016 e 2019, 33.584 mortes de civis foram documentadas nos combates sírios, incluindo 3.833 mortos por bombardeios da coalizão liderada pelos EUA, metade deles mulheres e crianças. O Public Broadcasting Service (PBS) informou em 9 de novembro de 2018 que os ataques aéreos lançados pelas forças dos EUA apenas em Raqqa mataram 1.600 civis sírios.

A guerra de duas décadas no Afeganistão devastou o país. Um total de 47.000 civis afegãos e 66.000 a 69.000 soldados e policiais afegãos não relacionados aos ataques de 11 de setembro foram mortos em operações militares dos EUA e mais de 10 milhões de pessoas foram deslocadas. A guerra no Afeganistão destruiu a base do desenvolvimento econômico e mergulhou o povo afegão na miséria. Após o “desastre de Cabul” em 2021, os Estados Unidos anunciaram que congelariam cerca de 9,5 bilhões de dólares em ativos pertencentes ao banco central afegão, um movimento considerado “pura pilhagem”.

Em setembro de 2022, o ministro do Interior turco Suleyman Soyly comentou em um comício que os Estados Unidos travaram uma guerra por procuração na Síria, transformaram o Afeganistão em um campo de ópio e fábrica de heroína, lançaram o Paquistão em turbulência e deixaram a Líbia em incessante agitação civil. Os Estados Unidos fazem o que for preciso para roubar e escravizar o povo de qualquer país com recursos no subsolo.

Os Estados Unidos também adotaram métodos terríveis na guerra. Durante a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Golfo, a Guerra do Kosovo, a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque, os Estados Unidos usaram grandes quantidades de armas químicas e biológicas, bem como bombas de fragmentação, bombas de combustível e ar, bombas de urânio empobrecido, causando enormes danos em instalações civis, inúmeras vítimas civis e poluição ambiental duradoura.

Continua na próxima edição

INTRODUÇÃO

Desde que se tornou o país mais poderoso do mundo após as duas guerras mundiais e a Guerra Fria, os Estados Unidos agiram com mais ousadia para interferir nos assuntos internos de outros países, perseguir, manter e abusar da hegemonia, promover a subversão e a infiltração, e deliberadamente travar guerras, trazendo danos à comunidade internacional.

Os Estados Unidos desenvolveram um manual hegemônico para encenar “revoluções coloridas”, instigar disputas regionais e até mesmo lançar guerras diretamente sob o pretexto de promover a democracia, a liberdade e os direitos humanos. Agarrados à mentalidade da Guerra Fria, os Estados Unidos aumentaram a política do bloco e alimentaram conflitos e confrontos. Sobrecarregou o conceito de segurança nacional, abusou dos controles de exportação e forçou sanções unilaterais sobre outros. Adotou uma abordagem seletiva do direito e das regras internacionais, utilizando-as ou descartando-as como achar melhor, e procurou impor regras que sirvam aos seus próprios interesses em nome da defesa de uma “ordem internacional baseada em regras”.

Este relatório, ao apresentar os fatos relevantes, procura expor o abuso de hegemonia dos EUA nos campos político, militar, econômico, financeiro, tecnológico e cultural, e chamar maior atenção internacional para os perigos das práticas dos EUA para a paz e a estabilidade mundiais e o bem-estar de todos os povos.

I. HEGEMONIA POLÍTICA – JOGANDO SEU PESO AO REDOR

Os Estados Unidos há muito tentam moldar outros países e a ordem mundial com seus próprios valores e sistema político em nome da promoção da democracia e dos direitos humanos.

* **Casos de interferência dos EUA nos assuntos internos de outros países são abundantes.**

Em nome da “promoção da democracia”, os Estados Unidos praticaram uma “Doutrina Neo-Monroe” na América Latina, instigaram “revoluções coloridas” na Eurásia e orquestraram a “Primavera Árabe” na Ásia Ocidental e no Norte da África, trazendo caos e

desastre a muitos países.

Em 1823, os Estados Unidos anunciaram a Doutrina Monroe. Enquanto promovia uma “América para os americanos”, o que ela realmente queria era uma “América para os Estados Unidos”.

Desde então, as políticas de sucessivos governos dos EUA em relação à América Latina e à Região do Caribe têm sido repletas de interferência política, intervenção militar e subversão do regime. Desde sua hostilidade de 61 anos em relação a Cuba até a derrubada do governo Allende do Chile, a política dos EUA nesta região foi construída sobre uma máxima – aqueles que se submeterem prosperarão; os que resistirem perecerão.

O ano de 2003 marcou o início de uma sucessão de “revoluções coloridas” – a “Revolução Rosa” na Geórgia, a “Revolução Laranja” na Ucrânia e a “Revolução das Tulipas” no Quirguistão. O Departamento de Estado dos EUA admitiu abertamente desempenhar um “papel central” nessas “mudanças de regime”. Os Estados Unidos também interferiram nos assuntos internos das Filipinas, derrubando o presidente Ferdinand Marcos em 1986 e o presidente Joseph Estrada em 2001 através das chamadas “Revoluções do Poder Popular”.

Em janeiro de 2023, o ex-secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, lançou seu novo livro Never Give an Inch: Fighting for the America I Love. Ele revelou nesse livro que os Estados Unidos haviam conspirado para intervir na Venezuela. O plano era forçar o governo Maduro a chegar a um acordo com a oposição, privar a Venezuela de sua capacidade de vender petróleo e ouro para divisas, exercer alta pressão sobre sua economia e influenciar a eleição presidencial de 2018.

* **Os EUA exercem dois pesos e duas medidas sobre as regras internacionais.** Colocando seu interesse próprio em primeiro lugar, os Estados Unidos se afastaram dos tratados e organizações internacionais e colocaram seu direito interno acima do direito internacional. Em abril de 2017, o governo Trump anunciou que cortaria todo o financiamento dos EUA para o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) com a desculpa de que a organização “apoia ou participa da gestão de um programa de aborto coercitivo ou esterilização involuntária”.

* **Os Estados Unidos estão unindo pequenos blocos através de seu sistema de alianças.** Ele tem forçado uma “Estratégia Indo-Pacífico” na região Ásia-Pacífico, reunindo clubes exclusivos como o Five Eyes, o Quad e o AUKUS, e forçando os países regionais a



Os Estados Unidos deixaram a UNESCO duas vezes, em 1984 e 2017. Em 2017, anunciou a saída do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Em 2018, anunciou sua saída do Conselho de Direitos Humanos da ONU, citando o “preconceito” da organização contra Israel e o fracasso em proteger os direitos humanos de forma eficaz. Em 2019, os Estados Unidos anunciaram sua retirada do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário para buscar o desenvolvimento irrestrito de armas avançadas. Em 2020, anunciou a retirada do Tratado de Céus Abertos.

Os Estados Unidos também têm sido um obstáculo para o controle de armas biológicas, opondo-se às negociações sobre um protocolo de verificação para a Convenção sobre Armas Biológicas (BWC) e impedindo a verificação internacional das atividades dos países relacionadas a armas biológicas. Como o único país na posse de um arsenal de armas químicas, os Estados Unidos têm repetidamente atrasado a destruição de armas químicas e permaneceram relutantes em cumprir suas obrigações. Tornou-se o maior obstáculo para a realização de “um mundo livre de armas químicas”.

* **Os Estados Unidos estão unindo pequenos blocos através de seu sistema de alianças.** Ele tem forçado uma “Estratégia Indo-Pacífico” na região Ásia-Pacífico, reunindo clubes exclusivos como o Five Eyes, o Quad e o AUKUS, e forçando os países regionais a

Ataque norte-americano contra civis vietnamitas

Os Estados Unidos criaram 37 milhões de refugiados em todo o mundo. Desde 2012, só o número de refugiados sírios aumentou dez vezes. Entre 2016 e 2019, 33.584 mortes de civis foram documentadas nos combates sírios, incluindo 3.833 mortos por bombardeios da coalizão liderada pelos EUA, metade deles mulheres e crianças. O Public Broadcasting Service (PBS) informou em 9 de novembro de 2018 que os ataques aéreos lançados pelas forças dos EUA apenas em Raqqa mataram 1.600 civis sírios.

De acordo com o livro ‘América invade: como invadimos ou nos envolvemos militarmente com quase todos os países da Terra’, os Estados Unidos lutaram ou estiveram militarmente envolvidos com quase todos os 190 países reconhecidos pelas Nações Unidas, com apenas três exceções. Os três países foram “poupados” porque os Estados Unidos não os encontraram no mapa.

* **Como disse o ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, os Estados Unidos são, sem dúvida, a nação mais guerreira da história do mundo.** De acordo com um relatório da Tufts University, “Apresentando o Projeto de Intervenção Militar: um novo conjunto de dados sobre intervenções militares dos EUA, 1776-2019”, os Estados Unidos realizaram quase 400 intervenções militares globais entre esses anos, 34% das quais na América Latina e no Caribe, 23% no Leste Asiático e Pacífico, 14% no Oriente Médio e Norte da África e 13% na Europa. Atualmente, sua intervenção militar no Oriente Médio e Norte da África e na África subsaariana está em ascensão.

Alex Lo, colunista do South China Morning Post, apontou que os Estados Unidos raramente distinguem entre diplomacia e guerra desde sua fundação. Ele derubou governos eleitos democraticamente em muitos países em desenvolvimento no século 20 e imediatamente os substituiu por regimes fantoches pró-americanos. Hoje, na Ucrânia, Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria, Paquistão e Iêmen, os Estados Unidos estão repetindo suas velhas táticas de travar guerras por procuração, de baixa intensidade e de drones.

* **A hegemonia militar dos EUA causou tragédias humanitárias.** Desde 2001, as guerras e operações militares lançadas

tomar partido. Tais práticas destinam-se essencialmente a criar divisão na região, alimentar o confronto e minar a paz.

* **Os EUA arbitrariamente julgam a democracia em outros países e fabricam uma falsa narrativa de “democracia versus autoritarismo” para incitar o estranhamento, a divisão, a rivalidade e o confronto.** Em dezembro de 2021, os Estados Unidos sediaram a primeira “Cúpula para a Democracia”, que atraiu críticas e oposição de muitos países por zombar do espírito da democracia e dividir o mundo. Em março de 2023, os Estados Unidos sediaram outra “Cúpula para a Democracia”, que permanece indesejada e novamente não encontrará apoio.

II. HEGEMONIA MILITAR – USO ARBITRÁRIO DA FORÇA

A história dos Estados Unidos é caracterizada pela violência e expansão. Desde que ganhou a independência em 1776, os Estados Unidos têm buscado constantemente a expansão pela força: massacraram índios, invadiram o Canadá, travaram uma guerra contra o México, instigaram a Guerra Americana-Espanhola e anexaram o Havaí. Após a Segunda Guerra Mundial, as guerras provocadas ou lançadas pelos Estados Unidos incluíram a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Golfo, a Guerra do Kosovo, a Guerra do Afeganistão, a Guerra do Iraque, a Guerra da Líbia e a Guerra